

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 25-11-2024.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldo Borges, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Comandante Nádia, Eng^o Comassetto, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Roth da Acessibilidade. À MESA, foram encaminhados os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 372 e 373/24 (Processos n^{os} 0725 e 0726/24, respectivamente) e os Projetos de Resolução n^{os} 077 e 078/24 (Processos n^{os} 0723 e 0724/24, respectivamente), de autoria de Mari Pimentel. Foi apregoada Justificativa de Falta de Cláudia Araújo, no dia treze de novembro do corrente ano, devido a sua participação na Formatura alusiva aos trinta anos do 21^o BPM, em Porto Alegre – RS (Processo SEI n^o 161.00104/2024-20). Foi apregoado o Ofício Circular n^o 050/2024, firmado pelo Sr. Roberto Tadeu de Souza Júnior, Diretor de Controle e Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado – RS, por meio do qual, nos termos do art. 71 da Constituição Estadual, aponta a necessidade de adoção de medidas efetivas para a regularização da numeração e nomenclatura dos logradouros nos municípios gaúchos (documento 31010933/PMPA, SEI Federação n^o 24.0.000129767-4). Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Gilson Padeiro solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e cinco ao dia vinte e sete de novembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Aldo Borges, informando-lhe que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL - CEFOR. Ainda, foi apregoada declaração firmada pelo vereador Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d’Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura e Matheus da Luz Xavier em exercerem a vereança, em substituição, no período da licença. Foram aprovadas as atas das 058^a, 059^a, 060^a, 061^a e 062^a Sessões Solenes desta Quarta Sessão Legislativa Ordinária. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Iracema Scheffer da Silva, Presidente da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga (AMAR), que se pronunciou acerca do trabalho realizado pela entidade. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, José Freitas, Pedro Ruas,

Cláudia Araújo, Jonas Reis, Hamilton Sossmeier, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Tiago Albrecht e Aldo Borges manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o Transcurso dos noventa e seis anos do Rotary Club de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 100/24 (Processo nº 0721/24), de autoria de Ramiro Rosário. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Lorenzo Kersting e Francisco Antônio Mondadori Valle, respectivamente Presidente e futuro Governador do Rotary Club de Porto Alegre. Ramiro Rosário, proponente, manifestou-se e, por convite de Hamilton Sossmeier, presidindo, procedeu a entrega do diploma alusivo à presente solenidade a Lorenzo Kersting, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dois minutos às quinze horas e cinco minutos. A seguir, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Biga Pereira, Márcio Bins Ely e Aldacir Oliboni, este em tempo cedido por Adeli Sell. Também, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tiago Albrecht, Jonas Reis e Aldo Borges. O período de GRANDE EXPEDIENTE transcorreu sem pronunciamentos. Foi apregoado documento comunicando que Idenir Cecchim e Lourdes Sprenger passam a exercer os cargos de Líder e Vice-Líder, respectivamente, da Bancada do MDB, a contar do dia treze de novembro do corrente ano. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Psicóloga Tanise Sabino, Prof. Alex Fraga e Fernanda Barth. Às dezesseis horas e dez minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 013/23 (Processo nº 0035/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando que o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16 (Processo nº 1333/16) seja retirado da priorização e seja a primeira proposição a ser apreciada na sessão prevista para o dia nove de dezembro do corrente ano. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando que o período de Grande Expediente seja transferido para a próxima sessão, ainda que o período tenha transcorrido sem pronunciamentos. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia e Engº Comassetto, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 100/24 (Processo nº 0721/24). Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21 (Processo nº 0892/21). Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21, por dez votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, José Freitas, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Mônica Leal, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi registrada

a intenção de Engº Comassetto e Jonas Reis em votarem contrariamente à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21. Foi registrada a intenção de Aírto Ferronato em votar favoravelmente à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 380/21, por vinte votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely e Mônica Leal e votado Não Aldo Borges, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/24 (Processo nº 0632/24), após ser discutido por Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Mônica Leal, Fernanda Barth, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina, Tiago Albrecht, Jessé Sangalli, Prof. Alex Fraga, Karen Santos, Cezar Augusto Schirmer, Ramiro Rosário e Jonas Reis, e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Mônica Leal, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Tiago Albrecht, por vinte e oito votos SIM e seis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aldo Borges, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Bernardi, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roth da Acessibilidade e Tiago Albrecht e votado Não Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Engº Comassetto leu Declaração de Voto firmada por Engº Comassetto, Adeli Sell e Aldacir Oliboni, em relação ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/24. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento firmado por Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e cinco ao dia vinte e oito de novembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Roth da Acessibilidade, informando-lhe que integrará a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Ainda, foi a pregoada declaração firmada pelo vereador Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Enfermeira Tatiane Bernardes, Neiva Conceição Dias Chaves, Dani Morethson, Políbio Figueiredo Braga, José Alfredo Pezzi Parode e Lucas Fuhr em exercerem a vereança, em substituição, no período citado. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Biga Pereira, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/24 (Processo nº 0221/24), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 194/24 (Processo nº 0392/24), bem como aprovado

Requerimento, de autoria de Tiago Albrecht, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Comandante Nádia e Jessé Sangalli, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 440/22 (Processo nº 0903/22), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/23 (Processo nº 1157/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoadado Requerimento de autoria do vereador Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 068/24 (Processo nº 0354/24). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/24 (Processo nº 085/24), por vinte e sete votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aldo Borges, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Bernardi, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Roth da Acessibilidade e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Psicóloga Tanise Sabino, solicitando que o Projeto de Lei do Executivo nº 009/24 (Processo nº 0320/24) seja o segundo a ser apreciado na próxima sessão. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, constatada a inexistência de quórum em verificação solicitada por Cláudia Araújo e Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Temos quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Cláudia Araújo, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na formatura alusiva aos 30 anos do 21º BPM, em Porto Alegre/RS, no dia 13 de novembro de 2024, às 16h.

Apregoo o Ofício Circular nº 050/2024, firmado pelo Sr. Roberto Tadeu de Souza Júnior, diretor de Controle e Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado - RS, por meio do qual, nos termos do art. 71 da Constituição Estadual, aponta a necessidade de adoção de medidas efetivas para a regularização da numeração e nomenclatura dos logradouros nos municípios gaúchos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Gilson Padeiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 a 27 de novembro. Em

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Moisés Barboza, líder da bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura e Matheus da Luz Xavier em exercerem a vereança, em substituição, no período.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Gilson Padeiro do dia 25 a 27 de novembro, e em razão da impossibilidade de os suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura e Matheus da Luz Xavier assumirem a vereança, declaro empossado o Ver. Aldo Borges, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL - CEFOR.

O Ver. Aldo Borges já assumiu outras vezes, seja bem-vindo à Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 058ª a 062ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga (AMAR), que tratará do trabalho realizado pela entidade. A Sra. Iracema Scheffer da Silva, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. IRACEMA SCHEFFER DA SILVA: Boa tarde a todos e a todas, meu nome é Iracema Scheffer, estou de presidente da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga – AMAR. Eu vou contar um pouquinho da história da associação. Sou artesã há 25 anos e, em 2015, eu vi que eu tinha muito material de artesanato em casa. Procurei, no bairro Restinga, onde eu moro, uma feira para expor o meu trabalho. Andando pela Restinga, descobri que não existia feira que não fosse no dia da Semana da Restinga ou na Feira do Peixe. Consegui conversar com algumas artesãs e procuramos um local para a gente fazer essa feira de artesanato. Durante quatro sábados, a gente fez essa feira em frente a uma lancheria chamada Falcão, no bairro Restinga. Em um sábado, antes do Dia das Mães, chegou a SMIC pedindo para a gente recolher nosso material,

porque nós não estávamos autorizados a fazer a feira naquele local. Porém, estávamos autorizados pela subprefeitura da Restinga na época, não lembro o nome do gestor. O que aconteceu? Saímos dali e fomos procurar outro espaço para nós. Encontramos, em frente ao antigo ABC, um espaço para a gente colocar a feira, porém, havia dificuldades por parte dos artesãos em ter um espaço para expor seus materiais. O artesanato não é valorizado dentro de Porto Alegre como deveria, sendo que ele é uma cultura muito antiga, uma das primeiras culturas que vêm desde a época dos escravos e dos índios, porque sempre existiu. O artesanato vem de raiz e faz parte da nossa cultura. Foi aí que, em 2018, conheci o Luiz. Conversando com ele, ele conseguiu um espaço para mim, na Praça XV, onde nós fizemos uma semana de artesanato, de feira, e o mais importante: sem custo algum. O nosso custo foi somente o nosso transporte. Isso foi maravilhoso, ver a Restinga dentro de um espaço que nos dá direito, que é direito nosso, colocando o nosso material lá. Através do vereador, eu consegui conversar com o Luiz, e a gente conseguiu ampliar esse espaço de feira de artesanato, porque existem várias feiras, mas são pagas, e nós não queremos pagar por um trabalho belíssimo que a gente faz. Cobrar uma taxa é uma coisa, mas cobrar o valor de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 para expor nosso material – não tem como. E eu quero agradecer muito por toda a oportunidade que tem aparecido para nós. Em 2020, com a pandemia, eu conheci um rapaz que me ajudou a criar a AMAR, com a documentação. Em 2021, foi criada a AMAR. Ela tem toda a documentação, e eu venho aqui hoje pedir a ajuda de todos vocês para nós termos um espaço dentro da Restinga, um prédio que a gente possa continuar o nosso trabalho. A gente, além de fazer oficinas gratuitas dentro do bairro Restinga, buscamos nós mesmos o material para dar essas oficinas. Nós não contamos com ajuda de ninguém, e gostaríamos muito de ter um espaço para isso. No terminal de ônibus da Restinga, existem três lojas que estão abandonadas há mais de dez anos. Ninguém do poder público, até agora, nos ajudou a ver como é que a gente faz para abrir esse espaço para nós. O Ver. Freitas nos ajudou e está nos ajudando. Eu peço a vocês que nos ajudem. Vão até lá conhecer a Restinga. Existem várias associações que estão precisando de ajuda, não é só a AMAR. Existe povo bom lá, muito, e vocês sabem que a Restinga é o maior bairro de Porto Alegre. Lá tem muita potência; nós temos pessoas brilhantes lá dentro. É muito fácil falar da Restinga sem conhecê-la. Convido a todos a conhecerem o nosso projeto. A associação AMAR está nas redes sociais – no Instagram: @amar.Restinga. Quero agradecer a oportunidade ao Luiz e ao nosso Ver. Freitas. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convidamos a Sra. Iracema Scheffer a fazer parte da Mesa.

O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente Mauro, boa tarde; boa tarde a todos que estão conosco através da TVCâmara e aos presentes aqui nesta Casa; Iracema, eu vou ser, como é que se diz... Eu já te conheço, conheço o teu trabalho, por isso que é muito importante você estar aqui para que, inclusive, os nossos

colegas vereadores venham a conhecer o projeto do AMAR e o quanto é importante para o empreendedorismo, quantas famílias são alcançadas. São pessoas que, através do teu projeto, elas têm condições de levar o pão para casa, o alimento de cada dia. Então, pode contar conosco, contar com esta Casa também, e a parceria continua para que o teu sonho de crescer, de conseguir um espaço para vocês trabalharem permanentemente na Restinga venha a se concretizar. Conte conosco, e que Deus abençoe grandemente o trabalho de vocês. Parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro. Eu quero trazer, em nome do PSOL, meus cumprimentos à Sra. Iracema e a toda essa união de pessoas com o mesmo propósito e que na Restinga trabalham com artesanato. Eu acho que a senhora traz dados relevantes aqui, que nós levaremos muito em consideração, a sua atividade é uma atividade nobre, séria e que merece todo nosso respaldo, portanto, conte conosco. Parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, cumprimento a oradora, Sra. Iracema, presidente, dizer que eu conheço o trabalho da AMAR, sei o quanto vocês se empenham para trabalhar, porque, muitas vezes, o artesanato é a forma de manter famílias, muitas famílias. A gente sabe da dificuldade que as famílias têm, e o artesanato é, muitas vezes, o alimento na mesa para essas pessoas. Então, o trabalho é nobre, ele é importante, ele dignifica milhares de famílias que, muitas vezes, não têm condições de ter uma outra renda, e nós precisamos, com certeza, seguir trabalhando.

Eu vi que tu comentaste com relação aos espaços que há na Restinga, somos parceiros para colaborar, o Ver. José Freitas também falou, vamos ver juntos o que pode ser feito e, se puder ser feito, conte com esta vereadora. Parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Senhora Iracema da Silva, presidenta, agradeço a sua vinda até a Câmara de Vereadores, queremos saudar a Associação Multicultural de Artesãos da Restinga pelo trabalho realizado em prol do povo de Porto Alegre. Desejamos vida longa à associação e conte sempre com o Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, o PT, e a nossa Câmara, que é do povo, é de todos. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Presidente Mauro, em nome do Podemos, quero saudar aqui a Sra. Iracema Scheffer da Silva, presidente da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga. Quero parabenizá-la pelo trabalho, a gente sabe como é importante essa associação, que faz com que as pessoas possam desenvolver suas atividades e, conseqüentemente, também, sustentar as suas famílias, envolve muita gente nesse setor, a gente conhece, tem participado. Que Deus abençoe, vida longa à associação. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; saúdo a vinda da Iracema da Silva aqui na Câmara Municipal, em Tribuna Popular, da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga. Pelo que eu entendi, V. Sa. trouxe o seguinte: existe uma associação de moradores e muitos artesãos e querem ter um espaço, seja ele institucional, uma cedência de uma área pública, uma casa ou não, e também uma feira que poderia ser institucionalizada ali na avenida, enfim, algum local em que transitam pessoas e tal. Nós temos mais de 30 mil artesãos em Porto Alegre, eu sou autor de várias leis: o Brique da Redenção, aos sábados, a Usina do Gasômetro e outras leis. Colocamos nosso mandato à disposição para discutir com a senhora a viabilidade de uma feira, por projeto de lei, que terá o apoio constitucional aqui na Casa, com certeza, independentemente da organização, porque queira ou não, a entidade depois se reporta à Secretaria Municipal da Cultura, ou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a antiga SMIC, para poder operacionalizá-la. A senhora é bem-vinda aqui porque é um tema que nos provoca muito, e nós estamos à disposição, enquanto bancada, enquanto vereador, para ajudá-la nesse sentido. Quanto à entidade, para a senhora ter um apoio institucional, financeiro, tem que ter utilidade pública, tem todo um caminho a ser seguido. Bem-vinda e boa sorte.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Tinga, teu povo te ama, e amamos muito. Eu conheço muito a Restinga e muitas das associações, das organizações que lá estão. Esse tema que a AMAR nos traz é muito sensível. Eu tenho meu mandato muito dirigido para as mulheres, e as mulheres é que estão à frente desse debate todo de sustentação familiar, nós, inclusive, criamos – eu sou hoje a Procuradora da Mulher aqui da Câmara – a rede de empresariamento das mulheres, que nada mais é do que as mulheres

que, no geral, não têm como trabalhar com horário fixo, por conta de serem as cuidadoras de pai, de mãe, de sogro, de vó, de tio, de avô, de filho, de marido, de irmão, de todo mundo, e acabam desenvolvendo a sua habilidade, sua capacidade, e quando não sabem vão fazer curso, oficinas, vão aprender para ter o sustento, passam a se organizar, como na AMAR. Quer dizer, tu teres uma associação que organize e que é solidária, inclusive, aos seus pares. Então, conheço o trabalho da AMAR, admiro e aposto nele, acho que é um expediente muito bacana, acho que todos os municípios deveriam ter esse espaço, porque tu participares das feiras é o deslocamento, é o aluguel daquele espaço; então, tudo é muito difícil. Nós, inclusive, quando solicitamos aqui na Câmara para virem as feirantes para cá, já temos algumas dificuldades, quem dirá vocês. Eu estou sempre visitando as feiras, sempre me deparo com essa dificuldade de vocês; então; tenha, na bancada do PCdoB, no meu mandato, todo o apoio para a AMAR, assim como a rede de empresariamento que a gente criou, porque isso é que faz com que nós mulheres tenhamos a nossa autonomia financeira – isso é muito importante –, bem como a nossa autoestima do trabalho que a gente realiza também e de ver ali exposto é muito bacana. Então, parabéns, Iracema, conte conosco. Obrigada. Tinga, teu povo te ama.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Mauro Pinheiro; Sra. Iracema Scheffer da Silva, presidente da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga – AMAR; em nome do Partido Novo, quero saudar a presença de V. Sa. aqui nesta Casa, a Casa do Povo, saudar e nos congratular ainda mais pelo trabalho da AMAR em relação ao empreendedorismo. Nós, do Partido Novo, entendemos que o empreendedorismo é uma das grandes ferramentas de eliminação da pobreza; infelizmente o empreendedorismo ainda enfrenta muitas barreiras estatais. O Estado mais atrapalha do que ajuda, principalmente cobrando altos impostos. A senhora falou a respeito de uma fiscalização absolutamente indevida de um aparato estatal quando vocês estavam autorizados para empreender. Então, da parte do Partido Novo, ao mesmo tempo em que estendo os parabéns à V. Sa. e à toda a AMAR, também digo que a senhora conte conosco para combater o Estado, para combater as amarras burocráticas e estatais que prejudicam vocês lá na ponta; vocês, que querem gerar emprego, renda, riqueza para si, para os seus e para a Restinga. Eu tenho a minha chefe de gabinete, a senhorita Sâmila Monteiro, que é moradora da Restinga, cujos pais vivem e trabalham lá; tenho também a Rebeca, que trabalha com o meu setor de relacionamento, que é moradora da Restinga; portanto, um pouco a gente conhece. Não vou lhe dizer que estou todos os dias lá, mas um pouco da Restinga a gente conhece, sabe que é um lugar próspero, um lugar que respira o empreendedorismo. Então, parabéns, conte conosco para cada vez mais liberdade aos empreendedores da Restinga e também da Associação Multicultural de Artesãos da Restinga. Parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldo Borges está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDO BORGES (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sra. Iracema; eu sou restingueiro de coração, porque eu saio na bateria da Restinga, sou ritmista. Infelizmente, não conheço o projeto, mas gostaria muito de conhecer. Quero te parabenizar pela tua garra, porque fazer artesanato também salva vidas, tira pessoas, talvez, de outras situações; também, como já foi dito aqui, levando alimento para a mesa de muitas famílias. Então quero te parabenizar, em nome da bancada do PSDB, e te dizer que a gente está à disposição. E eu acredito, sim, que nós temos que desburocratizar esse sistema, nós temos que incentivar as pessoas a fazerem, a produzirem mais, para que mais famílias se engajem e tenham alimento na mesa. Então quero te parabenizar, em nome do Ver. Conselheiro Marcelo – Marcelo Bernardi, do Ver. Gilson Padeiro e do Ver. Moisés, e dizer que o PSDB está também à disposição para ajudar naquilo que for preciso. E eu gostaria muito de ir conhecer o projeto. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em nome da Câmara Municipal de Porto Alegre, quero parabenizar a Sra. Iracema Scheffer da Silva, presidente da AMAR – Associação Multicultural de Artesãos da Restinga e parabenizar também todas as empreendedoras e empreendedores pelo trabalho e dizer que contem com esta Casa, no que nós pudermos ajudar. Estive presente na exposição da semana da Feira do Peixe e espero que o poder público possa ajudar mais, pois, como alguns vereadores falaram, muitas vezes o empreendedorismo não recebe a atenção necessária. A gente sabe que a melhor forma de ajudar assistencialmente uma pessoa é dando emprego para ela ou oportunidade de trabalho, e vocês aí estão criando essa oportunidade de trabalho através da associação. Parabéns a vocês, parabéns ao Ver. José Freitas, ao Luiz, que estão ajudando a associação, continuem ajudando e no que a gente puder ajudar, aqui pela Câmara Municipal, tenho certeza que a senhora pode contar.

Agradecemos a presença da Sra. Iracema Scheffer da Silva, representante da AMAR. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h47min.) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação requerimento de autoria da Mesa para que passemos imediatamente ao período de Comunicações. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIZ ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 96 anos do Rotary Club de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 100/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Lorenzo Kersting, presidente do Rotary Club de Porto Alegre e o Sr. Francisco Antônio Mondadori Valle, futuro governador do Rotary, 2026 e 2027.

Prestigia ainda este evento o Sr. Sérgio Afonso Manica, representante do 5º Tabelionato.

O Ver. Ramiro Rosário, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Caro Presidente em exercício, Hamilton Sossmeier; meus caros colegas; e muito especialmente aqui o presidente do Rotary Club de Porto Alegre, Lorenzo Kersting, meu amigo; também o Francisco Valle, futuro governador do Rotary, que está aqui presente. Francisco, onde é que tu estás? Ah, está aqui, maravilha. Então, por favor, sente-se à nossa Mesa da Casa do Povo que abraça o Rotary Club de Porto Alegre pelos seus 96 anos. Esse é um dos distritos do Rotary mais antigo do País, salvo engano aqui, o quinto mais antigo do Brasil e é um exemplo de resiliência de persistência e também de muito trabalho pela cidade de Porto Alegre. A maioria dos vereadores conhece a instituição do Rotary, sabe o quanto já auxiliou a sociedade civil de forma geral, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, muito especialmente no combate à poliomielite, que talvez tenha sido a maior das bandeiras ao longo dessas décadas e de entrega para a humanidade e não apenas numa situação pontual. Mas eu dou um relato e passarei aqui também a palavra para os demais colegas, mas antes disso, dou um relato sobre a minha experiência recente com o Rotary, muito especialmente com Rotary Club de Porto Alegre, que foi durante as enchentes que atingiram a nossa cidade. Naquele 3 de maio, uma sexta-feira, havia recém a água começado a chegar na região do 4º Distrito, não havia alcançado ainda a região da Av. Presidente Roosevelt, mas já estava entrando dentro de casas, de estabelecimentos, e nós havíamos feito uma circulada inicial com um veículo para poder remover pessoas, aquelas muito especialmente com dificuldade de locomoção, cadeirantes, idosos. Chegou em determinado momento, já ao final do dia, que nós não conseguíamos mais com aquela caminhonete ingressar nos locais em que nós estávamos fazendo os resgates, Ver. TJ, porque aquela caminhonete já não dava conta, e olha que era uma caminhonete. Naquele desespero, naquele sentimento de impotência em ver a água avançar sobre a nossa cidade, e as pessoas, obviamente, ainda sem saberem o que fazer, sem identificarem a gravidade do problema, eu recebi uma ligação dizendo que alguém teria uma caminhonete especial, uma Troller, para poder ingressar nas ruas, nas vias em que havia mais profundidade de água. E prontamente conversei com o Lorenzo ao telefone sem saber exatamente de onde o Lorenzo vinha, quem era o Lorenzo e ele fez uma articulação

e, em questão de poucos minutos, chegou ali na Av. São Pedro essa caminhonete, que foi a primeira Troller a ingressar na região do 4º Distrito. E nós conseguimos ali fazer o resgate de pessoas extremamente idosas, Lorenzo e eu, inclusive subindo lá no prédio, sem elevador, obviamente, carregando as pessoas. E só mais tarde eu fui saber que era aquela uma ação não específica e institucional do Rotary, mas talvez a verdadeira institucionalidade do Rotary, que é o amor pelo próximo, através das pessoas: Pessoas se doando, pessoas colocando seu dom, sua vocação, muitas vezes os seus recursos para emprego do bem, da sociedade, da solidariedade. Então, embora não seja uma ação específica e institucional do Rotary aquela ação ali, e tantas outras se seguiram depois, ela é, na verdade, sim, uma ação do Rotary por ser uma ação despertada nesse grupo, nesse corpo de pessoas que busca tanto fazer o bem ao seu próximo.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Nosso vereador, colega Márcio Bins Ely, que é rotariano, por favor.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Ver. Ramiro Rosário, cumprimento V. Exa., também o Presidente Hamilton em exercício. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós participamos do Distrito 4670, Ver. Ramiro, em Porto Alegre nós temos uma organização que comporta dois distritos, casualmente também sou governador assistente do meu distrito, quero te cumprimentar, inclusive encontrei o Ver. Ramiro, de botas, durante a enchente, no Zaffari Bourbon da Av. Assis Brasil, e a gente esteve acompanhando todo o trabalho que foi coordenado inclusive pela Furpa, e o Cláudio Bins também é um rotariano do Distrito 4680, auxiliando na questão da enchente. Então, eu destacaria dois principais lemas do Rotary: o dar de si antes de pensar em si, e fazer o bem sem olhar a quem. Então quero cumprimentar o vereador por destinar este período de Comunicações aos 96 anos do Rotary, a gente fica muito feliz aqui de receber vocês, e cumprimentar também o Ver. Ramiro, em nome da nossa bancada, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz, pela iniciativa. Parabéns, Ver. Ramiro. Obrigado.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito, eu que agradeço, Ver. Márcio Bins Ely, repito aqui, rotariano, também já tive a oportunidade de encontrá-lo em outras oportunidades, em outras reuniões do Rotary Club, de norte a sul da nossa cidade. E como disse o Ver. Márcio Bins Ely, fazer o bem sem olhar a quem, é fundamental aqui ressaltar essa vocação da solidariedade e do protagonismo do Rotary, frente a diversas ações dentro da nossa cidade e obviamente em todo o País. E por isso reforço que momentos como este são importantes para que nós possamos trazer o Rotary aqui para dentro da Câmara de Vereadores, da Casa do Povo. Também agora o Lorenzo terá a oportunidade de falar aqui a respeito especificamente do Rotary Porto Alegre, das ações que foram feitas, mas com todo o conjunto de trabalho que o Rotary faz dentro da nossa cidade. Isso, inclusive, com a possibilidade, no futuro, de destinação de recursos de

emendas para que nós possamos potencializar ainda mais essa descentralização e desestatização também de uma série de ações e serviços dentro da nossa cidade, deixando, para quem tem vocação e o dom de Deus, fazer o legítimo trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. O Sr. Lorenzo Kersting, presidente do Rotary Club de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. LORENZO KERSTING: Primeiramente, uma boa tarde a todos; em nome do Presidente da Câmara, Mauro, cumprimento todos os parlamentares; agradeço ao meu querido amigo Ramiro pela honrosa homenagem. Para falar de Rotary, eu até preparei, estava aqui antes conversando com o Patrick, membro do nosso clube, e, para o coronel Valle, eu preparei um discurso, mas, quando se fala de Rotary, eu falo do coração, que é isto que o Rotary é na vida das pessoas: é o coração, é a esperança, é a transformação. Eu gostaria de pontuar para todos dois grandes projetos do Rotary na sua história. Ele é fundado em 1928; em 1931, fundou a SPAAN, que hoje faz um trabalho ainda magnífico acolhendo idosos e dando a eles uma vida digna e dando a eles aquele momento de conforto para que possam conduzir as suas coisas em um ambiente amigável. E um outro projeto que está dentro da história – Márcio, tu vais lembrar bem –, é que a Redenção, esse centro do empreendedorismo, esse centro de pessoas que estão lá trabalhando e construindo as suas vidas no Brique também teve a participação do Rotary Club de Porto Alegre na sua construção. Então foi um dos grandes incentivadores junto a esta Casa, e fico muito feliz em poder retornar aqui à Casa do Povo para poder trazer essa visão de que o Rotary é sim um agente transformador, é sim uma forma mais ágil de atingir a comunidade e participa também já há anos ativamente junto de todos vocês. Para não ser somente saudosista e trazer só a história, eu gostaria de falar um pouco sobre as metas que nos trouxeram nessa gestão. Eram duas metas principais, Ver. Ramiro: mais mulheres no clube e mais pessoas e menos idade. Tenho hoje a honra de dizer que o nosso quadro tem mais de 60% de mulheres na sua composição. E, nesta gestão, já temos, pelo menos, 50% dos cargos, dentro do clube, geridos por mulheres, é um clube extremamente inclusivo, e isso traz um resultado diferente inclusive na idade média do clube, que hoje está em 38 anos. É um clube pujante, que tem crescido muito e tem aumentado significativamente – não é, Coronel Valle? – o número de seus membros, trazendo mais autoestima para a população que recebe os nossos projetos, como é o caso do nosso parceiro Martim, que está aqui nos prestigiando, da ABOBS, que trabalha junto conosco, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Branca Diva Pereira de Souza, que foi uma das 24 escolas que teve perda total na enchente. E, por óbvio, como todos sabem, essa escola não teve 100% da sua reconstrução, por meio do Estado, estamos lá firmemente trabalhando dia a dia, buscando recursos, buscando material para que também – o Ver. Ramiro vai lembrar que foi uma das pautas bem discutida na última campanha – as vagas em escola sejam sanadas naquele ambiente, já que temos um grande aparato.

Bom, agradeço novamente essa honra do Ver. Ramiro, de estar aqui, e agradeço a todos os presentes por esta homenagem. Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Sr. Lorenzo Kersting, presidente do Rotary Club de Porto Alegre. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente Sossmeier, que nos preside neste momento, agradeço a fala extemporânea apenas para também, em nome da bancada do Partido Novo de Porto Alegre, congratular V. Sa., Lorenzo Kersting, também o nosso convidado que o acompanha. E, num momento em que pesados impostos tomam 40%, 50% de tudo que produzimos, a gente acaba transferindo fazer o bem para o próprio Estado: “Pô, já me toma tanto dinheiro, ele que faça”. E sabemos que o Estado não cuida de ninguém da maneira que deveria. Então o Rotary insistir em fazer o bem sem olhar a quem... V. Sa. citou um grande número de mulheres, a maioria, aliás, do vosso quadro são de mulheres, e eu acompanhei a atuação de vocês também durante a enchente, antes mesmo – não é, Lorenzo? – já nos conhecíamos. Então, parabéns, parabéns ao Rotary, que jamais esmoreçam e que mais e mais pessoas que se sentirem identificadas com a causa de vocês, juntem-se a vocês, porque, realmente, aí fora tem muita gente precisando e muita gente carecendo de ajuda. Parabéns, vida longa ao Rotary, em nome do Partido Novo, recebam o nosso abraço carinhoso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra.

Vereador Marcelo Bernardi (PSDB): Boa tarde, Presidente, em nome da bancada do PSDB aqui da Câmara de Porto Alegre, venho aqui fazer um agradecimento especial a todos rotarianos. Tive a oportunidade também de, por muitos anos, poder contar com o Rotary, também sou de uma região que foi extremamente atingida – Vila Farrapos, Humaitá –, e do Lindoia nós temos o Giovane, que coordena ali. Ele e a esposa dele têm feito um trabalho fantástico ali, inclusive dentro da nossa região, e a nossa gratidão por esse trabalho que vocês têm e pela seriedade com que vocês tratam cada cidadão que chega até vocês. Então, vida longa ao Rotary! Que vocês continuem sempre com esse trabalho, olhando aqueles mais necessitados e sempre tentando fazer de tudo para que a sociedade sempre tenha voz e vez. Parabéns! Contem sempre com a gente! Registro também a nossa gratidão ao nosso amigo Giovane e também à esposa dele.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Convido o Ver. Ramiro Rosário a fazer a entrega do diploma ao Rotary Club de Porto Alegre pelo transcurso dos 96 anos.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Estão suspensos os trabalhos para que seja feito o registro fotográfico oficial.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h02min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): (15h05min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente em exercício nesta sessão, Ver. Hamilton; caros colegas vereadores, vereadoras; público que nos assiste aqui nas galerias e através do nosso sistema de comunicação da TVCâmara e das redes sociais; quero aqui me manifestar sobre esta situação vivida pelo nosso País quando nos apresenta um relatório extremamente consistente no sentido de trazer novos e fortes indícios da comprovação de práticas de planejamento e práticas na tentativa do golpe de Estado. Não é pouca coisa, não é? Uma conduta organizada, uma conduta extremamente organizada. A gente observa passo a passo o quão organizada foi em vários grupos operacionais, com o objetivo único de que as forças armadas dessem um golpe de Estado no Brasil, envolvendo inclusive o assassinato do Presidente Lula, do vice-Presidente Alckmin e do presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Embora não tenham sido indiciados por essa tentativa de assassinato, mas pela tentativa do golpe, de um golpe que foi tentado contra a nossa democracia, não foi apenas um planejamento, é bom que se diga. Não se trata apenas de um planejamento, foram atos de execução que iniciaram sendo impedidos por fatos alheios à vontade dos executores. Nós presenciamos as manifestações em frente aos quartéis; atos terroristas como a bomba em aeroporto, incêndio de ônibus no dia da diplomação; ação articulada nas redes sociais para criar um clima de extrema polarização para dar sentido ao golpe; declarações consistentes das lideranças, desde deputados, até mesmo de vereadores aqui, gerais e até do então Presidente da República, incitando a população a uma ruptura democrática, até culminar com o infame 8 de janeiro. São crimes graves contra a democracia em que agentes superiores do Estado brasileiro, das Forças Armadas, um Presidente da República, eleito pelo voto popular... Evidente a participação, portanto, de Bolsonaro, como coautor, que colaborou, estimulou, participou conspirando para dar o golpe na democracia e assim permanecer no poder. Todos têm que ser punidos – todos têm que ser punidos – com absoluto rigor e com a pena que está absolutamente tipificada. É um crime que atenta contra o Brasil; atenta contra cada um de nós, cada uma de nós, brasileiros e brasileiras; contra a nossa democracia; contra a nossa Constituição e os valores civilizatórios que o nosso País tenta construir desde a redemocratização. Corremos grave risco, mas estamos avançando. É histórico que, pela primeira vez na história do País, estejamos vendo generais, almirantes e agentes golpistas das Forças Armadas do País estarem sendo

indiciados de forma tão substancial. Consiste que aponta de forma muito firme para a devida punição que deverão receber com todo o repúdio da sociedade brasileira.

Eu concluo, Sr. Presidente, falando que, sim, nós estamos avançando quando vimos esses indiciamentos, mas também quando nós, e aqui quero saudar veementemente Yamandú, presidente eleito no Uruguai, ontem, quando presenciamos esta eleição, que derrotou a aliança neoliberal, submissa aos Estados Unidos, contra o povo uruguaio. A nossa América Latina, portanto, dá importantes passos à frente, na consolidação da nossa democracia. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver.^a Biga Pereira.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Sossmeier, que nos conduz nesta sessão; vereadores; assistências; pagador de impostos que nos acompanha pela TVCâmara; este governo tem feito tanta barbeiragem que fica até difícil a gente começar a puxar esse novelo, porque é uma desgraça em cima da outra. E aí vêm aqui os puxadinhos do PT tentar dizer e golpe, não sei o quê, e ba-ba-ba e ba-ba-ba, para tentar justamente jogar uma cortina de fumaça nessa situação que, cada vez mais, se torna periclitante para o nosso País, especialmente para nós que vivemos na ponta.

A Folha de São Paulo notícia hoje: Brasil tem saída recorde de dólares pela via financeira, até outubro, a maior desde a ditadura, Ver. Cassiá, em 1982. “Ah, mas o pobre não compra dólares”, vai dizer o descondenado na sua burrice econômica. Só que quanto mais dólares o Brasil perde, vão embora os empregos, vai embora a riqueza, até impostos que são gerados no País, a gente diminui a nossa arrecadação - e olha que é um neoliberal que fala isso. Além disso, começa a faltar água. Sabe onde? Numa das regiões mais pobres do Brasil: Exército começa a suspender a Operação Carro-Pipa, na Paraíba, e pode deixar até 270 mil pessoas sem água. O argumento do Exército: falta de dinheiro, falta de verba. É um governo que gasta como se não houvesse amanhã. É um governo que não tem pudores para ajudar a companheirada, mas, quando é para deixar os pobres morrendo de sede, quiçá de fome, eles não titubeiam.

O Brasil de Lula não quis repudiar o Irã pela matança de mulheres. Aqui, nesta tribuna, são umas tigresas, uns tigrões, para defender o feminismo, mas, quando o seu Presidente passa pano para a matança de mulheres no Irã, vai lá fora gravar videozinhos, fica fazendo deboche. Esse é o Brasil de Lula. Esse é o Brasil de Lula que, hoje, no Estadão, traz uma entrevista com o gestor do Fundo Verde, um tal de *Stuhlberger*. E ele diz: “Só países em guerra têm *déficit* tão alto quanto o Brasil.” Na verdade, nós poderíamos dizer que o Brasil está em guerra, sim. Lula está em guerra contra a honestidade, Lula está em guerra contra o agro, Lula está em guerra contra as instituições, Lula está em guerra com aqueles que querem o bem para o nosso Brasil, Lula está em guerra até mesmo com a matemática, pois gasta como se não houvesse amanhã.

Por isso, os próximos dois anos serão muito difíceis, porque, primeiro, tem que aguentar essa militância, como a do líder do PT, lá, fazendo videozinho; não tem coragem do enfrentamento. Segundo, porque vai faltar dinheiro para os mais pobres. Aliás, o governo Lula contingenciou da educação, Ver. Aldo. Quando era o Bolsonaro, era genocida; agora, como é o Lula, o “plim plim” faz de conta que está tudo certo, pois foi o que mais recebeu dinheiro do Paulo Pimenta, da “petezada”, do Lula, e faz de conta que nada está acontecendo. Então, vai faltar dinheiro, já está faltando carro-pipa no Nordeste. O Lula passa pano para a ditadura que mata mulheres, e, em breve, nós – Ver.^a Lourdes, que me dá a sua atenção – não teremos... Muitas pessoas não terão o que comer. Para concluir, Sr. Presidente, a companheirada vai estar bem, o líder do PT gastando milhares de reais em gasolina com dinheiro do povo – acho que ele bebe gasolina no café da manhã. A companheirada vai estar bem nutrida. As empreiteiras do Piauí, que, com dois anos de idade, já têm R\$ 8 bilhões em obras do PT, do governo. Esses não vão passar fome, esses vão estar bem. Então, o Partido Novo quer repudiar, porque é aqui na ponta que o problema se manifesta. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Hamilton, ao cumprimentar V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Inicialmente, quero fazer mais uma referência ao transcurso dos 96 anos do Rotary Club de Porto Alegre, no período de Comunicações. Quero cumprimentar o Ver. Ramiro Rosário, que trouxe aqui o Lorenzo Kersting e o Coronel Valle, respectivamente presidente do Rotary Club e o governador eleito do Distrito 4680 do Rotary Club. É muito oportuno e importante que nós possamos fazer menção e referência ao trabalho dos rotarianos em Porto Alegre. Hoje, são 15 clubes, de 2 distritos, que dividem a cidade entre norte e sul. O nosso distrito é o 4670, não é o mesmo distrito do Rotary Porto Alegre, mas o Rotary Porto Alegre é o primeiro clube. Faço menção aqui também ao fato de que uma das principais obras do Rotary é a SPAAN, Ver.^a Lourdes. A SPAAN é um asilo que fica no bairro Nonoai, a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados, Ver. Ramiro, foi fundada pelo Rotary, é administrada por rotarianos, completa 96 anos neste ano e abriga em torno de 120 idosos. O nosso clube, o Porto Alegre Norte tem tido, digamos assim, a responsabilidade de fazer a gestão da SPAAN ao longo dos anos. Então, fica aqui o nosso registro também.

Quero aqui, oportunamente, cumprimentar o Ismael, querido Ismael Fernandes, que se encontra nas galerias hoje. A sua presença abrilhanta os nossos trabalhos, Ismael, que foi eleito presidente da Associação do Campo da Tuca, no mês passado, e dizer que o Campo da Tuca é uma referência de trabalho comunitário exemplar, trabalho que vocês fazem ali, tanto na associação como na creche, a gente tem presenciado. Este ano destinei para aquela comunidade mais de R\$ 100 mil em emendas, tanto para o posto de saúde como para a associação. É muito oportuno, importante e

relevante o trabalho que é realizado em favor da educação, em favor da saúde. Estivemos inclusive caminhando na comunidade, temos ali um grave problema de focos de lixo nos arroios, alguma situação de assoreamento e desabamento também de vias, é necessária a substituição de poste de iluminação pública. Mas quero te cumprimentar, Ismael, tu, tua liderança, tua diretoria, pelo belo trabalho que tem desenvolvido. Eu sei que o Ver. Oliboni também destinou emendas para a Associação do Campo da Tuca, outros vereadores aqui, o Ver. Claudio Janta também tem uma relação lá com o Paulão e outras lideranças, mas fica aí o nosso registro, o nosso reconhecimento ao trabalho de vocês, especialmente em uma comunidade que que tanto precisa do poder público.

Quero falar um pouquinho também a respeito do Plano Diretor, da revisão do Plano Diretor, cuja última rodada que nós tivemos aqui foi em 2010, quando eu era, então, o secretário de Planejamento, e, Ver. Airto Ferronato, a tendência é que as revisões ocorram de dez em dez anos, mas, infelizmente, em 2020, tivemos a covid, e dali para cá, tivemos depois as enchentes, os três episódios de enchentes, com a maior tragédia ocorrendo este ano, e não foi possível evoluirmos ainda no trabalho de revisão do Plano Diretor. Mas é uma revisão que se avizinha, muito importante, oportuna e necessária, para que nós possamos traçar os moldes da cidade que nós queremos, que possa estar privilegiando a qualidade de vida, a qualificação de espaços urbanos de uso coletivo, o direito à moradia digna, que nós possamos fazer um trabalho importante de regularização fundiária. Hoje nós temos muitas áreas irregulares na cidade, áreas de ocupação clandestina, áreas de ocupação irregular. Muitas vezes, a gente vê e percebe a cidade dividida em uma área de ocupação intensiva da metade, vamos dizer assim, da cidade, para a região norte; e, da metade, para a região sul, uma área de ocupação rarefeita. Mas, na área de ocupação rarefeita, muitas situações irregulares, clandestinas, autoproduzidas. Então, todo esse regramento de afastamentos, desde uma largura de rua, uma testada de lote, um tamanho de quarteirão, onde vai ser o posto de saúde, a escola, a creche, a pracinha, tudo isso é orientado e regrado pelos condicionantes do Plano Diretor. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é a espinha dorsal do desenvolvimento urbano. Nós tivemos um grande movimento de reencontro da cidade com as águas do Guaíba, Porto Alegre ficou por muitos anos virada de costas para o Guaíba, e hoje a gente percebe esse reencontro, nós precisamos seguir nesse trabalho. Na questão do aperfeiçoamento das ciclovias: tivemos agora um incidente com morte nos patinetes eletrônicos, então precisamos estar atentos para todos esses regramentos, questão cicloviária; precisamos também estar atentos à questão do Plano Diretor Cicloviário. Então, são debates que tenho certeza que terão início a partir da próxima legislatura, mas nós estaremos atentos também para dar a nossa contribuição. Pela atenção, muito obrigado, Presidente, me estendi um pouquinho no tempo aqui porque foram três assuntos. Uma boa tarde, bom trabalho.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; venho até esta tribuna em nome do partido das trabalhadoras, dos trabalhadores, o PT, estarrecido com o que o Brasil viu revelado na semana passada: um conluio, uma orquestração contra o Estado brasileiro, contra a democracia, um plano arquitetado, segundo revela o documento da Polícia Federal, entregue ao Supremo; um plano que envolvia, inclusive, o sequestro de um ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes; um plano para não deixar o resultado da eleição de fato ser consumado com a posse do Presidente Lula e do vice Alckmin; um plano que, inclusive, desejava matar o Presidente da República, eleito em 2022, e o vice, para que não houvesse a posse da chapa; um plano que foi revelado agora, deixando o Brasil paralisado porque mancharam, inclusive, a imagem do Exército Brasileiro. Ainda bem que eram poucos os generais, entre outros, do Exército envolvidos, mais de 30 investigados, indiciados, dentre eles o ex-Presidente da República. Pela primeira vez na história do nosso País, depois que a democracia foi restabelecida com a Constituição de 1988, a gente tem um Presidente da República e um candidato a vice indiciados pela tentativa de destruir a Constituição – esta mesma que lhes deu o direito, em 2018, de representar a Nação pelo voto direto do povo. Eles não queriam mais o voto do povo sendo representado na Presidência da República. É extremamente constrangedor saber que essas pessoas ainda estão caminhando entre nós, que elas não estão na cadeia. Por isso, eu venho aqui pedir celeridade, rapidez das instituições; pessoas assim não podem, por nem mais um minuto, continuar caminhando entre nós, são pessoas perigosas, odeiam o direito de o povo decidir sobre a participação. Quantas pessoas morreram durante a ditadura militar para que a gente pudesse ser eleito, seja vereador, senador, deputado, Presidente, governador, prefeito. E eles, mesmo tendo feito carreira através do voto popular, quando lá estavam, arquitetaram esse plano para destruir o povo brasileiro. Enganam-se aqueles que acham que estava em jogo apenas a Presidência da República. Tanto são os escândalos de corrupção, no governo federal de Bolsonaro, ainda sendo investigados; é isso que estava por trás, manter um poder sobre os contratos dos ministérios, manter o orçamento secreto na mão dos ladrões da Pátria, mas eles foram pegos com a boca na botija. Ainda bem que não houve assassinatos, houve a tentativa frustrada, mas ninguém morreu. Ficamos felizes de termos ainda nossa Constituição de pé. Viva a parte boa do Exército Brasileiro, que não se ajoelhou aos golpistas, aos criminosos, viva a parte boa dos servidores públicos que estão lá, guardando direitos; e a nossa lei maior, a Carta Magna. Eu já tinha dito e repito aqui: nós precisamos criminalizar os movimentos extremistas que vão contra a lei, contra a Constituição, contra as instituições. Enquanto não for criminalizado em lei, restarão ainda os espíritos antipátria, antipovo e antidemocracia. Os inimigos, infelizmente, caminham ainda pelas ruas do Brasil, e é preciso muita potência da Polícia Federal, do Ministério Público, da Corregedoria, do Supremo e de todo o Judiciário, do nosso sistema de justiça. A verdade veio à tona, e, agora, temos que aguardar o tempo das instituições para vermos atrás das grades os inimigos da Pátria. Viva a Polícia Federal, viva o STF, viva a democracia e viva o voto popular que elegeu Lula e Alckmin – não queriam deixá-los

tomar posse, mas aí estão, fazendo um bom trabalho. Obrigado; obrigado ao povo brasileiro; obrigado, democracia. Golpistas não passarão, queremos vê-los atrás das grades – é isso o que merecem.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Adeli Sell.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. Hamilton, os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Realmente, a fala da Ver.^a Biga e do Ver. Jonas nos remete a uma grande reflexão sobre o que aconteceu há poucos dias em Brasília, que, pelo que a imprensa noticiou, surpreendeu muitos cidadãos e cidadãs pelo Brasil afora, devido à ousadia desses cidadãos, que não só queriam o golpe, mas queriam tirar a vida de algumas pessoas, dentre elas o Presidente, o vice-presidente, o ministro do Supremo e tantos outros. Por que essa investigação da Polícia Federal não saiu aos olhos e ao conhecimento da população brasileira um pouco antes da eleição? O cenário seria outro, seria outro. Mas nós sabíamos que algo havia, porque a ousadia de quem quer, através de um golpe, ou até de destruir a vida das pessoas, ela está enraizada em alguns que não entendem o que é política, em vir aqui na tribuna ter a sua opinião, e nós sabermos respeitar a opinião, divergir da opinião, mas falar a verdade, algo que, geralmente quando a gente aponta aqui e fala, a imprensa, alguns dias depois, acaba noticiando. E a rádio corredor tem as suas nuances de verdades quando a gente fica sabendo de algo que é tão grave como aconteceu em Brasília e como vem acontecendo em muitos lugares do País. É por isso que a política podia ser uma arte, a arte de fazer o bem, fazer o bem às pessoas e resolver problemas da cidade, do estado e do País, mas muitos utilizam a política para outros fins, lamentavelmente.

Eu queria também abordar aqui neste espaço de Comunicações, que o nobre e querido Ver. Adeli Sell me cedeu, um aspecto de extrema importância que é sobre a peça orçamentária que nós vamos votar agora no início de dezembro, dia 2 e dia 6. A peça orçamentária, se nós olharmos hoje, não define, não discrimina quais os projetos ou para onde o governo está mandando determinados recursos. E o governo municipal vem dizendo há mais de três anos, numa pauta que eu peguei e apresentei na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, como prioridade nesses últimos três anos, foi o acordo feito pelo Ministério Público para que o poder público municipal devolva uma dívida para o Grupo Hospitalar Conceição – GHC, para construir duas unidades de saúde, sejam a Unidade de Saúde Leopoldina e a Unidade de Saúde do Coinma. São duas unidades de saúde que custam, para a construção, R\$ 12 milhões cada uma, e na peça orçamentária não é definido isso. Nós vamos, agora na próxima semana, votar a peça orçamentária. Estou cobrando do governo, da Secretaria da Fazenda e do próprio prefeito para que venha para cá essa informação para definir, de uma vez por todas, essa novela. É uma novela de que não tem de onde tirar dinheiro. Está aqui a peça orçamentária. É agora o momento, é agora que temos que definir, a licitação para as duas unidades de saúde está acontecendo. Mas vai sair a licitação para a construção, e não tem recursos, lamentavelmente. Portanto,

reforço aqui a importância de o governo definir determinadas políticas como tem para outras unidades de saúde, que são dez no município, são mais dez, além dessas duas. Infelizmente, o governo não declara, não diz claro, na peça orçamentária, se vai fazer ou não com recurso da saúde, com recurso de financiamento, como o próprio governo diz, do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ou outros financiamentos que possam trazer a possibilidade real de qualidade de vida para o cidadão, com atendimento melhor e uma estrutura adequada para o servidor da saúde que conclama com isso. Neste sentido, faço um apelo aqui dez dias antes de votar a peça orçamentária: que o governo defina, de uma vez por todas, o recurso para construir essas unidades de saúde. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Aldo Borges está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDO BORGES (PSDB): Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, nobres colegas, eu gostaria, primeiramente, de agradecer ao meu partido, PSDB, que está me dando a oportunidade, pela segunda vez, de estar aqui representando o povo porto-alegrense.

Eu gostaria de dizer aos nobres colegas que é a última vez que eu vou estar usando a tribuna neste ano, como vereador, e eu gostaria de deixar aos colegas dois encaminhamentos: um que eu vou deixar com o meu líder, meu presidente Moisés Barboza, para dar andamento à homenagem à primeira mulher eleita vereadora de Porto Alegre, Sra. Dercy Furtado, que nos deixou este ano e que merece esse reconhecimento da cidade de Porto Alegre, porque ela abriu portas para vocês, vereadoras, estarem aqui hoje representando as mulheres e o povo porto-alegrense. Dercy Furtado foi escritora, foi uma mulher que trabalhou na roça, que se elegeu vereadora em 1972 pela Arena; depois, ela se elegeu deputada estadual e merece esse reconhecimento do povo porto-alegrense. Também vou deixar o encaminhamento que eu farei, amanhã vou protocolar uma homenagem, um Título de Cidadão de Porto Alegre ao nosso técnico da Seleção Brasileira de Beach Tennis, Alex Mingozzi, que trouxe, modernizou e qualificou o *beach tennis* aqui no Brasil, profissionalizou, melhor dizendo. É um rapaz que mora em Porto Alegre, ele é de nacionalidade italiana, mora em Porto Alegre, fez família aqui, construiu a sua família, tem o seu comércio próximo ao Iguatemi e hoje ele é o técnico da Seleção Brasileira, ele é multicampeão de *beach tennis*, então nos representa bastante. Eu sou esportista, jogo *beach tennis* e gostaria muito que os nobres colegas votassem a favor dessa homenagem, dando o Título de Cidadão de Porto Alegre, porque realmente ele merece. O Rio Grande do Sul, há poucos dias, se tornou tetracampeão de *beach tennis* no Brasil. A equipe daqui do Rio Grande do Sul, muitos saídos ali da nossa Praça da Encol, onde eu pratico, onde eu jogo o *beach tennis*. Então o Alexandre merece também essa homenagem com o Título de Cidadão de Porto Alegre.

Gostaria de agradecer ao Marcelo, meu Ver. Marcelo, pela oportunidade de estar aqui, mais uma vez, representando o povo gaúcho, mas eu gostaria de deixar um

apelo aqui aos nobres vereadores. Eu gosto de vir à Câmara e assistir a sessão, mas ultimamente eu tenho vindo aqui e tenho só visto alguns vereadores subirem aqui para defender Lula e Bolsonaro, e eu sempre disse: não esperem de mim, como vereador, defender esses dois cidadãos, porque eles não me representam. São pessoas que mal conhecem Porto Alegre, e eu gostaria muito que os vereadores subissem à tribuna para defender as causas, as necessidades da cidade de Porto Alegre, e nós temos muitas. Eu acho que isso de nós contra eles não vai funcionar e nós não vamos ter um País melhor quando a gente tiver um irmão contra o outro – isso a gente não pode fazer mais, nós temos que melhorar a qualidade dos serviços de Porto Alegre. Quem sabe juntos, todos aqui da Câmara de Vereadores unidos, a gente possa fazer uma cidade muito melhor para os porto-alegrenses viverem e as pessoas que aqui chegam também, que nos visitam? Então, eu gostaria de deixar para os vereadores que fizessem um embate das necessidades da cidade de Porto Alegre, para as melhorias de Porto Alegre. Lula e Bolsonaro nem sabem da nossa existência. Então, eu acho que é muito importante que a gente debata as necessidades, as demandas dos encaminhamentos para que a gente tenha uma cidade melhor para todos. Muito obrigado, e, quem sabe, até breve.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver. Aldo Borges. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Aprego documento comunicando que o Ver. Idenir Cecchim e a Ver.^a Lourdes Sprenger passam a exercer os cargos de líder e vice-líder, respectivamente, da bancada do MDB, a contar do dia 13 de novembro de 2024.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente; colegas vereadores; público nos assiste nas galerias e através da TVCâmara; público que nos acompanha nas plataformas, através da nossa Rádio Câmara também; já se ouviu muita asneira e muita besteira sobre o autismo. Ouviu-se dizer que eram mães com útero vazio, que era a questão alimentar, que era a questão sanguínea; várias coisas já se falaram sobre o autismo. O que não se fala é de políticas públicas concretas para as famílias autistas. Mas nunca se ouviu uma asneira tão grande, algo que deixasse pais e mães de crianças autistas de boca aberta, quando a asneira vem duma Suprema Corte, quando a asneira vem na pessoa que julga a decisão final de acolhimento a essas crianças, de

acolhimento a essa família, quando uma família entra na justiça pedindo medicamento, pedindo um acompanhante, pedindo algo que dê um conforto para essa criança. Muitas vezes é negado ou muitas vezes é concedido e há um recurso e o recurso também segue um trâmite e se vai à corte principal. Aí o juiz disse que pais e mães de crianças autistas querem as decisões para essas crianças irem passear num jardim florido, mas que idiota é esse? Que jardim florido é esse? Eu convido esse ministro a conviver – não digo uma semana, não digo um dia, mas uma tarde ou uma manhã – com uma família atípica para ver qual é o jardim colorido que essa mãe, esse pai e essa família vivem nos 365 dias por ano. Essa mãe e esse pai, depois que tem o diagnóstico que seu filho é autista, começam várias lutas para que essa criança tenha atendimento, para que essa criança possa ter uma vida digna, possa ter o seu desenvolvimento. Mas principalmente, excelência, nesse jardim que o senhor fala, o pai e uma mãe que têm o diagnóstico de uma criança autista não têm o direito que o senhor tem de deitar a sua cabeça no travesseiro e simplesmente dormir. Esse pai e essa mãe deitam nos seus travesseiros com os ouvidos ligados no seu filho, e o outro pedindo a Deus para acordar no outro dia, pedindo a Deus que, até que seu filho tenha essa autonomia que tanto se busca para as crianças autistas, eles possam seguir o seu sopro de vida. Uma mãe e um pai de autista pedem a Deus somente uma coisa – uma coisa, Comandante Nádia! –, pedem o direito de enterrar o seu filho, somente isso. Olha só: um pai e uma mãe pedindo, nas suas orações, a Deus o direito de enterrar o seu filho. Vou repetir, escutem bem o que eu estou falando: um pai e uma mãe deitam e pedem a Deus para estarem acordados no outro dia; e se isso não for possível, pedem a Deus o direito de enterrar o seu filho, porque não imaginam deixar o seu filho sozinho, sem as condições necessárias neste mundo – não imaginam isso! Então, vem o ministro de uma Suprema Corte dizer que esse pai e essa mãe andam no jardim do paraíso! É uma blasfêmia, é uma falta de respeito, uma falta de consideração com pais e mães que lutam dia após dia por seu filho ter acesso às terapias, por seu filho ter inclusão alimentar, para o seu filho ter uma escola onde realmente não fiquem dando papelzinho para fazer desenho, mas que permita que essa criança se desenvolva; pais e mães que têm que procurar roupas, não porque o seu filho é cheio de frescura, mas porque a textura das roupas incomoda a criança, ela não consegue usar; pais e mães que compram uma roupa para o seu filho e não conseguem trocar porque para essa criança experimentar tem que cortar a etiqueta da roupa, não sabe o que está falando! Não sabe o que é a dor de um pai, de uma mãe que tem uma criança autista, não sabe o que é isso e essa pessoa diz que estão passeando num jardim encantado. Eu espero que a Corregedoria transforme essa pessoa em impedida de julgar qualquer processo de autista. Uma pessoa que tem esse pensamento não pode julgar o pedido de tutela de um pai ou de uma mãe, não pode julgar o pedido de alimentação especial para um pai e para uma mãe, não pode julgar o pedido de um acompanhante, de um terapeuta numa escola para essa criança, porque o pensamento dele é um pensamento escroto, o pensamento dele é um pensamento de tristeza para as famílias, para quem tem um filho, para quem tem um sobrinho, um afilhado autista. Então essa é a dor que eu venho trazer aqui hoje na Casa do Povo de Porto Alegre, desta tribuna. Nós entramos com um pedido, nós só podemos entrar aqui

com pedido de protesto em relação a essa declaração absurda, de repúdio. Muito obrigado, Ver. Tiago. Faltam até palavras, tal é indignação com essa pessoa. Porque não pode uma suprema corte de um país que luta pela inclusão, de cidades, estados, de casas legislativas, tanto estadual, municipal e federal, ouvir uma declaração dessas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde. Quero saudar aqui o Ver. Hamilton, presidindo os trabalhos; os demais colegas vereadores, colegas da minha bancada, Ver.^a Lourdes, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Schirmer; saudar ao público que nos assiste. Hoje eu também subo a esta tribuna profundamente indignada, mas também determinada. Determinada a não permitir que palavras tão desinformadas e desumanas possam ficar sem uma resposta, sem uma resposta clara e firme. Recentemente, uma declaração feita pelo ministro do Supremo Tribunal de Justiça – STJ, Antonio Saldanha, causou perplexidade e revolta entre milhares de famílias, profissionais e apoiadores da causa do autismo ao referir-se ao Transtorno do Espectro Autista como um problema, e ao comparar clínicas especializadas a passeios na floresta. O ministro não apenas desconsiderou o trabalho árduo de quem luta diariamente por inclusão, mas também os direitos e a dignidade de milhões de pessoas no Brasil. Eu quero ser clara nesta tarde: autismo não é um problema; problema é a falta de compreensão, problema é a falta de inclusão, problema é a falta de políticas públicas eficazes, problema é o preconceito, o capacitismo e o descaso. As terapias realizadas em clínicas especializadas não são um passeio na floresta, elas são ferramentas essenciais e fruto de anos de pesquisa e dedicação desses profissionais, para garantir a qualidade de vida, a autonomia e a dignidade com as pessoas com TEA. Qualquer tentativa de minimizar esse esforço é um desserviço e um retrocesso. Aqui nesta Casa, na condição de psicóloga, como vereadora, já destinei emendas parlamentares para locais que trabalham com o tratamento do autismo, em especial o Centro de Referência do Transtorno Autista, que foi uma conquista desta gestão, do nosso prefeito Melo. Vou continuar apoiando essa causa, estamos agora lutando pelo Certa Mais, que é o Certa para pessoas acima de 12 anos. Eu acompanho as famílias atípicas, acompanho os pais, as mães, e vejo muitas vezes o sofrimento; realmente, não é um passeio numa floresta. A ignorância que permeia declarações como esta é muito perigosa, porque não afeta apenas o presente, ecoa no futuro, reforçando preconceitos e dificultando avanços. Precisamos de líderes que compreendam a complexidade e as necessidades do autista, que enxergue além das estatísticas e valorize cada vez como uma única e preciosa vida. Aos pais, às mães, às pessoas com autismo, às famílias atípicas, quero dizer para vocês que vocês não estão sozinhos. Estaremos juntos lutando por mais valorização, por mais políticas públicas, por mais tratamento. Por fim, registro, mais uma vez, o meu sentimento de indignação e de tristeza. Tristeza referente a esse ministro Saldanha, pois o verdadeiro

custo não está nas terapias ou nas clínicas especializadas, o verdadeiro custo está em ignorar vidas que clamam por justiça e inclusão. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço à líder do meu partido, Ver.^a Karen Santos, pela oportunidade de me manifestar em tempo de liderança pelo nosso partido PSOL, e aos nossos companheiros de bancada, Ver. Pedro Ruas e Ver. Roberto Robaina.

Mais um ano letivo está acabando, estamos rumando ao final de novembro e boa parte das atividades escolares já apresenta o seu encerramento. Uma parcela significativa da nossa população nutre esperanças de poder continuar os seus estudos fora da educação básica, alçando voos mais altos no ensino superior. Há cerca de um mês tivemos o início das provas do Enem, que ocorreram em dois domingos sucessivos e, no próximo final de semana, nós temos o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por isso aproveito o momento para desejar boa sorte a todos os estudantes que vão pleitear uma vaga numa das melhores universidades da América Latina, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como universidade pública e gratuita com um grande grau de qualidade, oferece uma boa formação acadêmica para jovens do nosso País. Porém, infelizmente não para todos, é muito triste que, em pleno século XXI, uma boa parcela da juventude não consiga continuar os seus estudos e a sua qualificação, muito porque precisam contribuir com orçamento familiar e inviabiliza-se, dessa forma, o seu acesso ao ensino superior, o que, muitas vezes, está atrelado a baixos salários. É triste. No nosso vizinho, Argentina, o acesso à universidade é muito mais tranquilo, sendo que não há vestibular para o ingresso no ensino superior. Os estudantes podem adentrar, por exemplo, à universidade de Buenos Aires e, ao final do primeiro ano, já estudando e como acadêmicos, farão uma prova que vai definir se continuarão ou não o ensino superior, mas, pelo menos eles podem experimentar isso. E, aqui no Brasil não, o vestibular é um ceifador de sonhos. Portanto, fica aqui a nossa crítica em relação a esse processo que é bastante injusto e que cerceia o direito à continuação das suas formações para a nossa juventude.

E já que estou falando de juventude, vestibular e falei do ENEM, gostaria de compartilhar uma questão da prova do Exame Nacional do Ensino Médio, questão 69 da prova amarela, que diz o seguinte: “A democracia responde a essa pergunta: quem deve exercer o poder público?” A resposta é: “O exercício do Poder Público corresponde à coletividade dos cidadãos”. Contudo, nessa pergunta, não se fala sobre qual a extensão deva ter o poder público. Trata-se somente de determinar o sujeito a quem o mando compete. A democracia propõe que mandemos todos, quer dizer que todos intervenham nos fatos sociais. A pergunta que era proposta para os nossos jovens era: “O que sustenta o exercício do poder conforme a configuração apresentada no texto escrito na década de 1920?” Resposta certa: “A soberania popular”. Será que existe soberania popular dentro

do que nós chamamos de democracia no Brasil? Ou isso é mais uma das tantas falácias encontradas neste País. Se todos nós mandamos, por que a população do Menino Deus tem que aceitar, goela abaixo, espigões de 130 metros de altura que vão inviabilizar a presença de sol em casas que estão ali há muitas e muitas décadas? Será que o poder econômico das construtoras, que efetivamente é quem manda nesta cidade, há muitos e muitos anos, vai sobrepujar o direito ao sol da população do Menino Deus? Sim, senhoras e senhores, quem efetivamente manda nesta cidade e que provavelmente vai mandar no Plano Diretor do ano que vem é o sindicato das construtoras, é o Sinduscon, são eles que dão as cartas, e terá os seus vassallos a serviço do capital. Portanto, fica aqui a nossa grande indignação com relação a quem deveria mandar e quem efetivamente manda na cidade. A população tem todo direito de fechar ruas, protestar e, de todas as formas possíveis, inviabilizar aquele absurdo que se propõe construir no Menino Deus, um bairro histórico, um bairro tranquilo, com muitas e muitas pessoas de várias faixas etárias e classes sociais. A cidade deve ser de todos e não das construtoras apenas. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam, eu venho aqui fazer uma reflexão sobre a questão do orçamento do Município, do orçamento do Estado, do orçamento da União, mais precisamente de onde esses recursos são retirados, como são utilizados, pois, infelizmente, o Brasil continua, a cada dia, na contramão do resto do mundo, em termos de prestação de serviços de qualidade, de devolução para a sociedade daquele dinheiro suado que é retirado da população e jogado nos cofres federais. Não precisa ser um estudioso de economia para entender que o governo federal, que nada produz, é o grande arrecadador e o grande centralizador dos recursos e que, a cada ano que passa, centraliza e concentra mais recursos, esmagando os municípios e fazendo com que os prefeitos tenham que fazer malabarismos todos os anos para investir em setores que são os que, de fato, realmente importam para a sociedade, que é a segurança, a saúde e a educação – vou colocar a infraestrutura nesse pacote. Nós vemos que essa grandiosíssima concentração de recursos da União serve obviamente a um projeto de poder de centralização de decisões, que faz com que os municípios e os próprios governos estaduais não tenham quase que autonomia nenhuma, e precisam estar sempre pedindo migalhas para o governo central, que tem a centralização absoluta dos investimentos, desde as máquinas agrícolas até a definição de onde vai ter uma creche nova, um posto de saúde; tudo passa pelo aval político e pelo carimbo do governo federal. E isso é uma situação dramática que vivemos, nesse federalismo faz de conta que temos no nosso País, onde os estados não detêm autonomia nem legislativa, nem orçamentária, porque eles foram de tal forma esmagados pela centralização do poder nacional que a nossa federação só consta na existência do papel, letra morta.

Enquanto isso, a gente vê os amigos do rei ganhando, a cada dia que passa, mais dinheiro, mais recursos. Essas empresas, que foram abertas com aval do governo

federal, empresas de ex-condenados da Lava Jato, que ganham mais dinheiro do que nunca, estão de vento em popa neste nosso Brasil, onde a injustiça social só cresce e a concentração de poder econômico é um escárnio frente àqueles que trabalham duro e não têm direito nem sequer a uma saúde de qualidade. Pasmem, se você tem problema de diabetes hoje, em qualquer município de qualquer estado desta Nação, você terá dificuldade em conseguir insulina, porque nós temos problema na entrega de insulina. E as pessoas que não conseguem ter dinheiro para comprar nas farmácias, que também estão com entrega escassa, podem falecer, podem ter membros amputados, podem perder a visão, podem morrer. Isso é muito sério, porque faz parte do pacote de descaso do Ministério da Saúde, que vem refletindo em cascata da federação para o Estado, para o Município, que é onde a gente acaba sentindo na pele tudo isso.

O governo federal faz cortes históricos na área da saúde, faz cortes históricos na área da educação, faz cortes históricos e sucateamento na área da segurança, que, obviamente, não é uma área à qual eles deem qualquer importância. Pois é um governo bandidólatra, garantista por criminoso, e que não dá a menor importância, obviamente, para a vítima, porque é amigo do criminoso. Nós temos aí mais de R\$ 1 bilhão para o “Aerojanja”, novidade que está sendo adquirida. Nós temos aí bilhões de reais sendo gastos à toa em projetos que não são fundamentais, mas que privilegiam colégios eleitorais de esquerda. E nós temos recorde histórico de arrecadação de impostos, onde a gente vê bilhões de impostos sendo retirados de quem produz e também de quem não produz. Na injustiça que nós vivemos no Brasil, o pobre assalariado é quem paga mais imposto, proporcionalmente, porque paga impostos em cascata de tudo aquilo que consome: de tudo que está na mesa para comer e dos nossos medicamentos, que têm impostos historicamente maiores do que em qualquer outro lugar do mundo. Enquanto isso, os remédios, que estão no item número um de necessidade, deveriam ser eximidos de todo e qualquer imposto. Então, esse debate tem que ser feito. O Brasil retira mais de 40% de tudo aquilo que se produz com trabalho e entrega nas mãos de um governo perdulário, que não sabe gastar, não sabe investir e não liga para o pobre nem para o trabalhador, mas investe fortemente em projeto de manutenção de poder e em projeto de governar faz de conta, porque tem uma militância zumbificada, que não olha para a mesa de quem mais precisa, não olha para a saúde, não olha para a segurança nem para educação, mas só faz politicagem barata. Isso nós precisamos denunciar em cada Câmara de Vereadores deste País. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): (16h10min)

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 013/23, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 124/16 da priorização do dia de hoje; solicito que seja a primeira matéria a ser apreciada na sessão do dia 9 de dezembro de 2024.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do PLL nº 380/21, passar à discussão e votação do PLCE nº 014/24.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Eng^o Comassetto (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 085/24 seja a terceira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da presente sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 100/24 – (Proc. nº 0721/24 – Ver. Ramiro Rosário) – Requer seja o período de Comunicações do dia 25 de novembro destinado a assinalar o transcurso dos 96 anos do Rotary Club de Porto Alegre. **(SEI 197.00093/2024-52)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o [Requerimento nº 100/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0892/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 380/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui art. 3º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum, e alterações posteriores, assegurando a reserva de espaço em estacionamentos temporários remunerados para estacionamento de motocicletas. **(SEI 161.00006/2020-69)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Emenda nº 01 aprovada em 30-10-24;
- votação da Emenda nº 02 nula por falta de quórum em 30-10-24;
- incluído na Ordem do Dia em 28-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação o [PLL nº 380/21](#). (Pausa.) Solicito a atenção dos vereadores, a Emenda nº 01 já foi votada e aprovada; a Emenda nº 02, vamos reiniciar votação, devido a não termos quórum suficiente na última sessão. Então nós vamos votar a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. Solicito ao diretor Sandro, a leitura, a pedido do Ver. Claudio Janta.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 02 ao PLL nº 380/21.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 02 ao PLL nº 380/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Registro a intenção dos vereadores Jonas Reis e Eng^o Comassetto em votar contrariamente à proposição. Registro a intenção de o Ver. Airto Ferronato votar favoravelmente à proposição.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o PLL nº 380/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**. Parabéns, Ver.^a Cláudia Araújo.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0632/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/24, que dispensa a União, através do Exército Brasileiro, da destinação pública e de qualquer pagamento pela conversão ou recompra do desmembramento do imóvel localizado na Av. João Pessoa, 651, também com frente para a R. Luiz Afonso, 55, Bairro Cidade Baixa, registrado sob a transcrição 17.638/RI 1ª Zona. **(SEI 118.00597/2024-41)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-11-24.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Em discussão o [PLCE nº 014/24](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Hamilton Sossmeier, presidindo os trabalhos da sessão; vereadoras; vereadores; público que nos dá a honra pela TVCâmara, eu tenho muita cautela, os colegas sabem, de tratar de temas dessa natureza e cada vez uso menos a tribuna na discussão dos projetos. Não que não seja correto usar, apenas, Ver. Culau, que eu vejo que me ouve com atenção, não tenho achado necessário. E só uso quando o tema, de fato, me parece de extrema relevância e talvez não esteja de todo compreendido.

Há cerca de uns doze anos, houve, no mundo inteiro, um movimento chamado de desmonumentação, ou seja, ressignificação. Basicamente se tratava de pegar espaços que foram utilizados da pior maneira possível – prisões ilegais, tortura e morte – identificados no mundo todo; a Gran Vía em Madrid, por exemplo, era Gran Vía

generalíssimo Franco e foi tirado. E outras inúmeras. Para vocês terem uma ideia, na década de 40, não havia nenhuma cidade alemã sem o nome Adolf Hitler numa rua pelo menos; hoje, não há nenhuma rua com esse nome. Bem, esse movimento tomou conta do mundo e foram identificados vários lugares. Um desses lugares é a Casa da Morte, no Rio de Janeiro, usada na ditadura militar para interrogatórios forçados, para tortura e mortes. Aliás, quem viu o filme que está aí com grande sucesso, disputando o Oscar, “Ainda estou aqui”, vai verificar que exatamente sumiram a vida e o corpo do deputado Rubens Paiva na Casa da Morte, no Rio de Janeiro; hoje, um local tombado e utilizado como centro de memória. O que nós tentamos fazer aqui também, e está escrito no chão, de forma indelével, permanente, porque é feita com buracos, na Rua Santo Antônio nº 600, o famoso Dopinho, que foi usado também para prisões ilegais, interrogatórios forçados, tortura e morte. Onde foi morto o sargento Manoel Raimundo Soares, o famoso Caso das Mãos Amarradas. Esse outro local também, da Rua Luiz Afonso nº 55, foi identificado como sendo, em 1975 – o ano inteiro –, em 1976 não se tem provas, em 1974 não tem, mas em 1975, sim, foi identificado pelo Brasil todo como o DOI-CODI de Porto Alegre. Portanto, é um local a ser preservado como ele é, e não para ter desafetação e uso para outra área. Por isso, faço este registro. Eu respeito a ideia do Executivo, acho que o Executivo talvez nem saiba disso, mas eu tenho obrigação, já que trabalhei muito com essas questões, já que integrei várias comissões nesse sentido de alertar que esse local tem essa história e, portanto, deve ser mantido para que, em algum momento oportuno, possa ser também um centro de memória. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores... Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Desculpe, é uma questão de ordem. O Ver. Comassetto fez uma pergunta importante. O meu encaminhamento, a minha discussão, o meu debate, não vou encaminhar novamente, são contra o projeto, obviamente. Achei que tinha ficado claro. Desculpe a interrupção.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sem problemas. Vereador Ruas, V. Exa., pessoalmente, pelo seu passado e pelo que aconteceu lá, tem todo o direito de fazer o seu voto, mas eu quero dizer aqui, bem claro, que o Exército Brasileiro não é da oposição, o Exército Brasileiro é do Brasil. Então a oposição da Casa aqui, a oposição da Câmara não é oposição do governo federal. E o que se trata aqui nesse projeto, Ver.^a Mônica Leal, é para que o Exército construa moradias nesse espaço, também moradias. E o que a Prefeitura está fazendo é a isenção de taxas que possam ser atribuídas a essas modificações. Eu acho que o Exército, pelo que fez, durante as pandemias, não só na última da enchente, o Exército trabalhou incessantemente nessa pandemia também. E por

isso, este projeto não é ideológico. Este projeto que nós estamos votando aqui, dando ao Exército Brasileiro a oportunidade de construir moradias nesse local ajuda o exército, a tropa, mas ajuda também Porto Alegre a ter mais habitações aqui próximas ao Centro. Acho que isso é importante para povoar a Cidade Baixa, povoar o Centro e ter moradias para o efetivo do exército. Por isso, meu voto é favorável e encaminho o voto favorável por parte do governo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, vereadoras que nos acompanham nesta sessão; é importante, se faz necessário registrar que o Exército Brasileiro desempenha um papel fundamental, especialmente em momentos de necessidade como desastres naturais e outras emergências. A dedicação e o esforço contínuos dos militares em apoio à Defesa Civil, à segurança pública e à manutenção da ordem são imensuráveis para a comunidade local. Outro fator que mostra a importância dessa base militar, através das residências, é poder melhorar a movimentação dos militares destacados para as diversas regiões do nosso Estado, do nosso território, pois tem sido cada vez mais difícil para eles adquirirem ou alugarem residências. E mais, Porto Alegre precisa ter uma base militar compatível com a necessidade da sua população. Este projeto traz somente benefícios à população de Porto Alegre, salientando também que a dispensa de pagamento é para a União, ou seja, a economia é nacional. Outro ponto muito importante é o aproveitamento da área e sua infraestrutura, porque o terreno em questão já atende os requisitos do Plano Diretor, que exige a implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários. É importante lembrar que essa área do imóvel já está amplamente atendida por infraestrutura urbana com os devidos equipamentos, como iluminação, rede de água e esgoto, coleta de lixo domiciliar, transporte urbano, assim fica demonstrado que a infraestrutura já existe, não traz prejuízos nenhum decorrentes dessa dispensa de pagamento; pelo contrário, só traz economia. Imaginem ter que construir do zero toda essa infraestrutura, o valor da compra e da dispensa seriam muito maiores. Já, nesse caso, estamos aqui falando em reaproveitar o que já existe e aprimorar, oportunizando, para a nossa cidade, mais segurança. Não resta dúvida de que a aprovação deste projeto é muito importante, pois afirma a permanência dos serviços essenciais pelo Exército Brasileiro, atendendo, sempre que necessário, à nossa cidade. Não se trata de renúncia de receita, mas de uma contrapartida justa e equilibrada. E é esse o ponto: a cidade terá mais segurança. Portanto, precisamos garantir melhores condições para esses profissionais que zelam por nós, por nossas vidas. A moradia é um direito básico de todo cidadão, é dignidade. Não podemos esquecer que o exército não tem partido, ele está aqui para atender o cidadão brasileiro. O exército serve à sociedade. E, mais uma vez, eu quero dizer a todos os colegas vereadores e vereadoras que o Exército Brasileiro, como instituição de Estado, atua de forma imparcial, apartidária, sua lealdade está direcionada à Constituição Federal e aos interesses da

Nação, acima de ideologias políticas ou de posições. Lembrem-se, ao votar neste projeto, da calamidade, da tragédia que nós passamos agora, em maio, quando as chuvas, quando as enchentes tomaram conta do Estado do Rio Grande do Sul, ali estavam também militares. E posso dizer, com tranquilidade, que participei de todas as reuniões: em Taquari 2, na sede do Exército, no Regimento Osório, e ali se reuniam diariamente, às 11h, homens e mulheres, sob o comando do general Hertz, comandante da Região Sul, para destacar pessoas com expertise para fazerem salvamentos e atenderem às necessidades da população – eu vi isso com meus próprios olhos, estava ali todos os dias. Então, nada mais justo que se possibilite a construção de casas, moradias, num terreno da Policlínica Militar, que já está sob os cuidados do exército. Apenas isso: é uma isenção de taxas para a União. Eu peço, por fim, diante de tudo isso, o apoio dos meus colegas para a aprovação deste importante projeto para a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Conto com vocês! Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos assistem. Eu considero este PLCE nº 014/24, proposto pelo Executivo, muito justo. Porque assim como muitas pessoas perderam as suas moradias, perderam tudo e ficaram desalojadas durante a enchente, assim também ficaram muitos homens valorosos do nosso exército. E nós estamos falando de pessoas que também perderam tudo, mas que, ainda por cima, têm um agravante que qualquer um de nós que acompanha as notícias sabe que o Exército Brasileiro teve aí uma perda orçamentária gigantesca, do ano passado para cá; que o exército está, sim, em dificuldades; que o exército está, muitas vezes, e de uma forma impensável para quem defende a soberania nacional, passando por um processo de sucateamento e esvaziamento de orçamento, e que isso tem que ser levado em consideração. Este projeto que visa a construção de moradias para os militares que servem na guarnição de Porto Alegre é um projeto justo e terá o voto de toda a bancada do PL. E venho aqui pedir o voto dos colegas, que tenham esse olhar empático e também votem pela aprovação. Não é um projeto ideológico, é um projeto de justiça e é um projeto que, de uma forma indireta, vai trazer mais segurança para uma área central de Porto Alegre. A gente sabe que onde os homens da segurança habitam o crime foge correndo. E isso é um ganho para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores; conversei hoje com coronel Rodrigues, que nos acompanha aqui, assessoria da região militar, a respeito desse projeto de lei da área

vinculada à Policlínica, e acho necessário, oportuno e importante que nós possamos fazer esse gesto em especial, porque a nossa capital é uma das cidades que tem um valor do metro quadrado mais caro do Brasil. A gente sabe que o Exército vai destinar esse recurso para a construção de casas. Tive a minha formação militar no CPOR, aqui em Porto Alegre, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, arma de cavalaria, o coronel Rodrigues casualmente também é da arma de cavalaria, devo muito ao exército no que diz respeito à minha formação, disciplina e hierarquia, então acho necessário e oportuno. Quero aqui, Ver. Cecchim, me manifestar em nome do meu partido, do PDT, do Ver. João Bosco Vaz, favoráveis ao projeto que diz respeito ali a um empreendimento imobiliário como tantos outros que nós já aprovamos nesta Casa, e aprovaremos na sequência, com outras perspectivas de outras propriedades, mas que dialogam também com a cidade, com a qualificação dos espaços urbanos, com o desmembramento de terrenos, com projetos que dizem respeito a empreendimentos urbanos, com o direito à moradia, com o direito à moradia digna. Venho aqui brevemente, não vou nem utilizar os meus cinco minutos, Ver. Hamilton, apenas para registrar, em consideração também ao telefonema e à conversa que tive com o coronel Rodrigues, com o coronel Nascimento, que também foi meu instrutor-chefe, que trabalha junto ao Comando Militar do Sul, todo nosso respeito. Acredito que é uma iniciativa que tem fundamento legal, que tem um propósito objetivo, justificado, e tem o nosso apoio. Nós votaremos favoráveis ao projeto de lei ora em debate aqui na Casa. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, eu não resisto, quero fazer um breve comentário, Pedro Ruas, sobre a intervenção do Márcio Bins Ely. Fico imaginando, Pedro Ruas, o Brizola! O PDT teve 14 vereadores de 33, agora está com 2 de 36, e, na próxima legislatura, 1 de 35. Teve uma curva para baixo muito grande. Mas aí eu fico escutando o Ver. Márcio Bins Ely sobre um projeto que é uma benesse para o exército, ainda nesta semana, e eu fico imaginando como é que o Brizola ia pensar um projeto como esse na semana em que generais do exército – foi revelado para o País todo – tiveram envolvidos num golpe. Eu sei que tem gente que apoiou o Bolsonaro, políticos inclusive aqui da Câmara, o próprio líder do governo, Cecchim. O próprio líder do governo que, às vezes, se entusiasma com o Bolsonaro, às vezes, nega; o Cecchim tem uma posição meio ambígua, às vezes, sobre o Bolsonaro. Até porque o Melo acabou de nomear aí um dos poucos secretários que está já garantido para o próximo governo, que é do PL, do partido Bolsonaro. Mas eu não quero fugir do tema, só que me chama a atenção que há esse certo entusiasmo ainda pelo Bolsonaro, mas tem vereadores que dizem: “Não. Mas é incrível porque são uns idiotas esses militares que prepararam o golpe”. Bem, seja pelo que for, se são idiotas, se são golpistas, são golpistas e idiotas. Porque não sabem nem fazer leitura da situação política, porque a situação política realmente não era propícia para um golpe. O golpe seria derrotado, mas, para ser

derrotado, teria que ter gente disposta a derrotá-lo. Mas eu vou ir direto ao ponto aqui, porque o Pedro Ruas já argumentou que o elemento simbólico, esse quartel é um quartel que foi parte dos lugares em que nós tivemos tortura. E, se não fosse, pode-se aceitar um projeto que destina um terreno para a construção de moradias para os militares? Um terreno que é da Prefeitura que, segundo a Prefeitura, vale mais de R\$ 3 milhões, quer dizer que a Prefeitura abre... Vereador do PSDB, não sei, parece que vocês estão discutindo agora entrar no governo Melo, tu explicas lá no bairro em que tu trabalhas como é que pode o governo municipal abrir mão de R\$ 3 milhões. Com R\$ 3 milhões se constrói um posto de saúde, por que com R\$ 3 milhões vai se dar o terreno para o exército fazer moradia para militar? Aliás, o exército depois pode vender o terreno, e eu suspeito que um terreno ali na Av. João Pessoa, Lima e Silva, ao lado da Redenção, vale mais que R\$ 3 milhões. Suspeito que o estudo da Prefeitura está com o preço aquém do preço de mercado, mas eu suspeito. O que eu tenho certeza é que o terreno é da Prefeitura. O terreno, no mínimo, vale R\$ 3 milhões, segundo a secretaria do governo municipal. E o projeto diz o quê? Diz que vai entregar o terreno para o exército fazer moradia para os militares. Não, a Prefeitura tinha que fazer moradia para a população em geral! Vamos fazer moradia! O governo Melo não investiu em moradia popular, nada, nada, ao longo do seu mandato. Então, sinceramente este projeto aprovado é um acinte, é um deboche quase. Deboche é uma expressão leve, é inacreditável que a Câmara de Vereadores aceite doar para o exército propriedade sua, quando a Prefeitura necessita de recursos. O exército já tem bastante benesses, Ver.^a Mônica, as esposas dos militares e as filhas dos militares, Ver.^a Mônica, são as únicas que recebem pensão – basta não casar. Então, vamos parar com isso, não tem motivo para que se tenha um tipo de benesse dessas para o exército. Eu acho que o Exército Brasileiro tem que, sim, se qualificar; o Exército Brasileiro tem que ter investimentos; agora, não pode ser dessa forma, não pode ser de uma forma pouco séria, sem discussão, com a Prefeitura abrindo mão de um recurso, isso não faz sentido nenhum, essa proposta tem que ser rejeitada.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roberto Robaina, é importante registrar que o terreno não é do governo, o terreno é da União. Então, está havendo uma confusão na sua fala. Outra questão, eu sou filha orgulhosa de militar e nunca recebi pensão, não generalize. Obrigada.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora pode não ter recebido pensão, não sei se é situação pessoal, mas está na lei. Isso que eu estou dizendo é lei nacional, se a senhora não recebe pensão, não sei; mas o direito, pela legislação, a senhora tem. A senhora, por exemplo, poderia inclusive defender que não tenha mais esse privilégio para as viúvas e, sobretudo, para as filhas de militares. As filhas de militares nem casam nesse caso, porque, quando elas casam, elas perdem o direito de pensão, então, elas em geral nem casam. Então eu quero só insistir que o terreno é do Município, se o terreno não fosse... Parece brincadeira isso aqui, se o terreno não fosse do Município não estaria a Câmara discutindo este projeto. Então, o projeto é do governo... O Ver. Jessé,

que é uma expressão dessa extrema direita bolsonarista, está aqui protestando, tentando atrapalhar a sessão. Obrigado, Hamilton, pela cedência do tempo da Ver.^a Mônica, e muito obrigado, Jessé, pela tua gentileza.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Obrigado, Ver. Roberto Robaina.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para ajudar o Ver. Robaina, eu queria saber se ele é do Exército Brasileiro, que não deixou dar o golpe, ou se ele é daqueles que tentaram dar o golpe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Hamilton Sossmeier, chega a ser curioso o fato de vermos aqui vereadores da extrema esquerda, que são leões para falarem mal do exército, mas são tchutchucas para desagrar o Presidente da República e seu governo...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não serviu, é verdade.

E que apoiam a matança de mulheres no Irã. Isso mostra que certos partidos são apenas um puxadinho do Lula, não têm independência, não conseguem fazer o papel da crítica e do verdadeiro debate. Subir aqui e votar contra um projeto por causa de uma acusação que a Polícia Federal recém apresentou e o Ministério Público ainda vai analisar - e que se for verdadeira é de meia dúzia de maluquetes que, de tão imbecis, imprimiram na impressora do Planalto “uma conspiração” -, querer barrar um projeto do Exército Brasileiro, que é uma instituição respeitada, que nos defendeu, por exemplo, na guerra do Paraguai, defendendo a soberania brasileira, que, aliás, hoje, bate continência para um governo presidido por um ladrão descondensado, querer barrar um projeto básico, que é uma contrapartida, colocar todo o exército em xeque, realmente, olha, é de uma pobreza de espírito e de uma pobreza política muito grande. Então, eu até não iria subir aqui, Ver. Ramiro, porque o Novo debateu, vai votar “sim”, iríamos votar “sim” a este projeto, mas, diante dessa verborragia hipócrita da extrema esquerda, repito, de querer colocar todo o exército em xeque e não votar um projeto simples por causa de algo que ainda será analisado pelo Ministério Público – existe apenas uma denúncia. Passaram tantos anos dizendo que a Polícia Federal, lá do japonês da Federal, era corrupta, que a justiça era corrupta, que o Ministério Público de Curitiba era corrupto. Agora, Ver. Márcio Bins Ely, que me dá a sua atenção, existe uma acusação da polícia, que ainda vai para o... Já estão chamando de golpe, de golpistas. Aliás, onde estão as imagens do 8 de janeiro, que o Flávio Dino nunca apresentou? Lembram daquela história do juiz que combinava com o

promotor e virou ministro? O Lewandowski soltou o Lula e é ministro do Lula! E querem vir falar das Forças Armadas? Tem que ter respeito pelas instituições, tem que ter respeito por aqueles que, com a sua vida e a sua carreira, defendem a Pátria amada, Brasil. Haverá milicos que fogem à regra? Bom, existem políticos ladrões, olhem o Presidente da República! Mas nós, do partido Novo, não vamos admitir que se suba a esta tribuna e fique sem a réplica, sem a réplica contra esse ataque a uma das instituições mais importantes para, justamente, garantir a democracia.

Então, nós vamos votar “sim” a este projeto. É um projeto simples que troca a área, que irá acomodar os militares dentro da sua função militar. Não vai ser dado para familiares, como tentou se criar aqui uma semiótica de que vai ter privilégio para os filhos e não sei mais quem das Forças Armadas. Não, o Novo não vai deixar o puxadinho do Lula vilipendiar uma das maiores instituições e mais sérias deste País. O nosso voto é “sim”!

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Bom, boa tarde a todos. Estou vendo a polêmica que foi trazida pelos colegas vereadores sobre a questão do desmembramento e do pagamento de taxa, porque o governo municipal supostamente não teria construído nenhuma moradia, mas vai fazer para o exército porque... Fascismo, golpismo, oito de janeiro, Trump. É o que estão falando, né? Mas é tudo mentira, tudo narrativa da esquerda que está acostumada a trazer narrativas: o golpe do táxi e coisas nesse sentido. Eu quero deixar claro, porque no fundo, no fundo, quando nós vimos aqui à tribuna, a gente não está falando aos colegas, a gente está falando para as pessoas que estão vendo de casa aquilo que está sendo debatido, porque o que se está confrontando aqui são as ideias que nós estamos trazendo. Se nós não viermos aqui rebater o que está sendo dito, o que foi dito passa a ser verdade porque não teve uma resposta à altura. Mas o que se fala hoje com relação a essa taxa? Supostamente, nós estamos isentando o exército para construir moradias, porque as moradias... Por que não construiu para pobre. Vamos supor que esse aqui seja o terreno onde hoje se encontra a Policlínica Militar de Porto Alegre. (Mostra um papel em branco.) O que está sendo feito, de fato? É um desmembramento do lote: está se dividindo o terreno ou o prédio e separando-o em dois lotes. Não se construiu nada, só se dividiu o terreno ou se dividiu o prédio. Para isso querem cobrar uma taxa, que é cobrada de todas as pessoas que fazem o desmembramento de um lote ou de um terreno. Só que, quem está cobrando a taxa? O ente estatal municipal. Para quem tem que ser paga a taxa de desmembramento do lote? Para o ente estatal do governo federal. Então, é estado pagando para estado, basicamente é um acerto contábil, porque o Município novamente tem débitos com o governo federal, o governo federal tem débitos com o governo municipal, e o Município está fazendo a gentileza de não cobrar esse desmembramento da Policlínica Militar. Ninguém está falando em deixar de construir casas para pobres para construir casas para militares; é apenas um

desmembramento. Vocês estão fazendo toda uma narrativa para fazer parecer que o Município de Porto Alegre está comprando casas ou fabricando casas para militares golpistas. Vocês têm noção da narrativa ilógica que vocês estão trazendo? Vocês confundem o próprio eleitor de vocês, depois não entendem porque perdem. Porque mentem para as pessoas, simplesmente, para tentar diminuir a imagem da direita. É simplesmente o desmembramento de um terreno. Para isso, o governo municipal está fazendo a gentileza de não cobrar do governo federal as taxas do desmembramento.

Veredora Fernanda Barth (PL): Só para acrescentar na sua brilhante fala, Ver. Jessé Sangalli, esse recurso não seria utilizado para outros fins, não é um dinheiro que está sendo desviado de outros fins, de outro orçamento, para ser colocado nisso. É simplesmente abrir mão de algo dentro desse imperfeito acerto de contas que o senhor colocou aqui. Então, só não vê quem está com má-fé.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Pois, então, daí não falam dos R\$ 33 milhões do “Janjapalooza”, mas, para falar de uma taxa que o governo municipal está deixando de cobrar do governo federal, vêm aqui e fazem escarcéu na tribuna. Só para deixar claro para as pessoas que estão assistindo, é somente uma isenção que o Município está dando para o governo federal na hora de desmembrar o terreno que já é do governo federal. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Um projetinho em votação. Eu gostaria de trazer alguns elementos para o debate que talvez não tenham sido mencionados anteriormente por ninguém que utilizou a tribuna.

Para o ano que vem, está previsto no orçamento da União a quinta maior despesa corrente para o Ministério da Defesa, que engloba as Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Serão destinados, de acordo com a previsão orçamentária para 2025, R\$ 133 bilhões para as Forças Armadas, via Ministério da Defesa – R\$ 133 bilhões –, é a quinta pasta a mais receber recursos. Percebam a diferença que existe, por exemplo, entre o Ministério do Meio Ambiente, que, para ano que vem, tem previsão orçamentária de apenas R\$ 4 bilhões; e, para o Ministério da Cultura, R\$ 3,97 bilhões. É claro que, como professor, eu penso em educação; educação para as crianças e para a escola, em todo o ensino fundamental e também no ensino superior. A pasta da Educação, para o ano que vem, terão destinados R\$ 200 bilhões, é maior que o valor destinado ao Ministério da Defesa, mas eu não vou fechar os olhos da importância que as Forças Armadas têm. Mas qual a destinação do efetivo das nossas tropas? Na minha modesta opinião, deveriam estar fazendo controle de fronteiras, para evitar contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de armamentos, que aqui no Brasil pipocam. Esse é o verdadeiro papel, a

necessidade de termos Forças Armadas. Não, senhoras e senhores, para embolar dentro do orçamento anual, próteses penianas, leite condensado, toneladas de leite condensando, Viagra, isso que aconteceu no governo passado, governo do Sr. Jair Bolsonaro, que destinou um volume generoso de recursos públicos para a compra desse tipo de material. Era isso que acontecia no exército. É claro que é necessário que o trabalhador e a trabalhadora, não importa de qual setor, sejam valorizados. Sabemos que no Exército Brasileiro muitas pessoas são remanejadas, isso é uma prática muito comum, que oficiais sejam deslocados dos estados onde moram, justamente para não estabelecerem vínculo com as comunidades. Eles passam pouquíssimo tempo, estão sempre trocando de lugar, então é necessário que sejam alojados de forma justa, porém, com esses recursos, percebam, o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro têm uma dotação orçamentária própria que nem sequer o pagamento dos ativos, dos pensionistas e dos inativos entra para o INSS. Eles têm toda uma programação orçamentária sua, exclusiva, e isso também não é justo com a população, porque a média salarial mensal dos inativos do Exército Brasileiro é de R\$ 13.233,00 – aposentados do Exército. Essa é a realidade da população, do trabalhador da educação, médico, enfermeiro? Acredito que não!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acompanho com atenção o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência, e acrescento o seguinte, apenas: essa tática de destruir os locais onde a história aconteceu de maneira trágica, e não foi feita a justiça, é a maneira permanente, mundialmente conhecida, de perpetuar a injustiça em qualquer país, em qualquer tempo, em qualquer local. Obrigado, vereador.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito certo, muito preciso, Ver. Pedro Ruas. Para concluir a minha fala, fechando milha linha de raciocínio, é que, se o orçamento das Forças Armadas é tão vultoso e significativo, que pague, que o governo federal, via exército, custeie a regularização desse terreno e que a Prefeitura possa utilizar, da melhor forma possível, na cidade de Porto Alegre, e para os municípios desta cidade, os recursos que seriam perdoados, através desse projeto. Por isso, voto “não”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, estou bem contemplada pelos argumentos históricos que o colega Pedro Ruas trouxe. Acho uma vergonha, a partir da constatação de que houve tortura dentro desse espaço, não haver uma iniciativa deste Parlamento em relação à preservação da memória, junto à campanha de memória, justiça e verdade, que é uma luta para que essas injustiças e esses golpes não voltem a se perpetuar no nosso País. Um povo que desconhece a sua história tende a reproduzir seus fracassos; então, pensar espaços de memória em Porto Alegre é

fundamental. Havendo a constatação de que houve tortura dentro desse prédio, eu acho nojento esse Parlamento seguir beneficiando... Eu entendo que a Ver.^a Comandante Nádia, a Ver.^a Mônica Leal, representem os militares aqui dentro, assim como tem gente aqui dentro que representa a construção civil, os times de futebol, as igrejas, só que não vejo a mesma vontade deste Parlamento, quando a gente precisa, também, facilitar a vida das associações, que estão sem sede no Município; eu não vejo a mesma iniciativa desses lobistas que estão aqui dentro, representantes desses setores econômicos da nossa Cidade, quando a gente precisa reformar a sede dos conselhos tutelares, que estão acabadas; eu não vejo a mesma iniciativa quando a gente quer instalar o museu do negro que também fala sobre memória e reparação, ali na sede da Epatur – pelo prefeito Melo já tinha sido vendida; a gente não vê mesma iniciativa... Então, pelos dois argumentos; primeiro pela vergonha que foi esse período da ditadura civil e militar no nosso País, pelo contexto atual de sucessivas iniciativas golpistas frente à nossa parca democracia e pela questão conjuntural de um governo que vira as costas para a demanda de imóveis vazios, para a demanda de habitação popular e quer seguir beneficiando uma instituição que, como bem colocou o Ver. Prof. Alex, é uma instituição milionária, que tem orçamento. Então seguir beneficiando, seguir com esse jogo de cartas marcadas, de usar o Parlamento para referendar essas transações econômicas, a gente é contra. Nós vamos votar contra esse projeto, porque é uma vergonha, primeiro, oficializar território em que houve tortura; segundo, seguir beneficiando Exército Brasileiro, que tem recursos em caixa e pode muito bem pagar essas transações.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Ilustre Presidente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, eu confesso que considero esta discussão absolutamente irrelevante. Se um terreno é da União, do Estado, do Município, tanto faz, ele é do povo brasileiro. E, se esse terreno servir para minorar a carência de habitações, seja para militares ou civis, muito bem. Nós estamos discutindo aqui um valor irrelevante e esquecendo de tratar daquilo que realmente é importante. Eu vou tentar colocar o que eu acho que é importante, na minha visão – e posso estar errado, totalmente errado. V. Exas. sabem quanto a União, mais os estados e os municípios arrecadam anualmente? Somados, em torno de R\$ 8 trilhões. Isso é o que o povo brasileiro paga de impostos aos municípios, aos estados e à União. E eu pergunto: um País que tem uma das maiores arrecadações do planeta não consegue resolver sequer um problema social gravíssimo, que é a falta de moradias e de habitação? Essa arrecadação brutal não sai dos ricos, não; sai dos ricos, mas, sobretudo, dos pobres, que pagam mais impostos que os ricos, porque os impostos indiretos são maiores que os impostos diretos, e isso passou por governos de esquerda e de direita, e ninguém teve coragem de mudar. E nós estamos aqui discutindo um terreno que pode ir para o Exército, mas poderia ir para outro ente público para minorar o problema da habitação, como fez o prefeito de Porto Alegre naquela

invasão de um prédio municipal na Av. dos Andradas, em que o prefeito doou o prédio invadido para minorar o problema da habitação popular em Porto Alegre. Agora, para o Exército, qual é o problema? A não ser que digam: “nós não gostamos do Exército, não queremos moradia para os militares.” Mas os militares são brasileiros e têm carências de moradia.

Eu digo mais, Sr. Presidente, a arrecadação federal praticamente dobrou nos últimos 30 anos, dobrou a arrecadação federal, esta fobia arrecadatória, e eu pergunto aos senhores e às senhoras, vereadores, com essa brutal arrecadação, esse aumento extraordinário de arrecadação melhorou a saúde no País nos últimos 30 anos? Melhorou a segurança? Melhorou a educação? Melhorou a habitação? Não. Não melhorou, porque o governo federal arrecada muito e gasta mal, porque se perde nos desvios do desperdício e da corrupção. Arrecada mal e muito, e gasta mal e pior, sem consequências positivas para o povo brasileiro. Tem uma das minhas filhas que mora em Portugal, um país que tem uma economia igual à do Rio Grande do Sul, Portugal que arrecada muito menos que o Brasil e muito menos que o Rio Grande do Sul, resolveu os seus problemas de habitação popular – e o Brasil não consegue resolver. Não falta dinheiro, bota o dinheiro fora, desperdiçam, não há visão adequada de interesse público, e o povo é apenas um nome a ser usado por sucessivos governos que governam, sim, para os ricos, embora digam que governam para os pobres.

Mais ainda, Sr. Presidente, deveríamos estar discutindo o que aconteceu neste País desde a Constituição de 88. Sucessivos governos federais aumentaram impostos, IPI e Imposto de Renda, este não aumentou porque não é compartilhado com estados e municípios. Aumentaram as contribuições, os outros impostos que não são compartilhados com os municípios. Então a União aumentou extraordinariamente a sua receita; estados e municípios reduziram a sua participação nas receitas da Nação. Esta é uma discussão que vale a pena, é uma discussão que tem que ser travada, inclusive aqui e agora, porque está sendo feita uma reforma tributária que vai aumentar impostos e que vai aumentar impostos e que vai tirar a capacidade de decisão de Estados e Municípios sobre seus impostos. É essa fobia arrecadatória, essa fúria arrecadatória da União que tem que ser discutida e mais, discutido o que se faz com o dinheiro arrecadado. Sabem os senhores e as senhoras que 45% da arrecadação federal vai para pagar juros dos bancos. Sabem disso? Não vai para o Exército, não vai para a educação, não vai para a saúde; vai para pagar os bancos que são os verdadeiros donos deste País. É o sistema financeiro que governa o Brasil nos governos de direita e nos governos de esquerda. Essa discussão que vale a pena. É essa discussão que é séria e responsável, não se um terreno é da União ou do Município, se vai resolver ou não os problemas da habitação de militares ou de civis. Por isso que eu voto a favor. Se 20 ou 30 militares tiverem resolvido os seus problemas de habitação, ótimo, serão 30 que terão onde morar, 30 que não reclamarão dessa triste realidade de um País que arrecada trilhões e não consegue resolver um problema elementar que é a moradia do seu povo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PODE): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Hamilton, meus caros colegas, olha, assim como outros aqui, também não iria falar, não era para ser uma pauta ideológica, polêmica, mas, infelizmente, nós vimos aqui vereadores da esquerda peregrinarem para a tribuna para falar cada asneira, inclusive ofender os demais colegas. A Ver.^a Karen Santos, do PSOL, subiu aqui e chamou os colegas de lobistas. Disse que tem gente aqui que faz o *lobby* para o Exército, disse que tem gente que faz o *lobby* para a construção civil. Eu gostaria até que a Ver.^a Karen Santos pudesse verbalizar quem são os lobistas da construção civil. Seria interessante. Queremos saber quem está aqui no exercício do seu mandato, olhando apenas para os interesses de determinados setores. E aí eu pergunto à Ver.^a Karen Santos: e o teu *lobby* qual é? Tu és lobista do que aqui dentro, Ver.^a Karen Santos? Volta e meia, tu sobes nesta tribuna aqui para dizer que a tua pauta é em defesa, por exemplo, de jovens negros de periferia. Quantos jovens negros de periferia conseguiram entrar no Exército Brasileiro, servir à Pátria, ter o seu salário digno, honrado? E alguns deles perderam as suas casas na enchente agora. E a Ver.^a Karen Santos não quer que o Município abra mão de tributos ou que abra mão de burocracias para que jovens negros de periferia que conseguiram o mínimo de dignidade através do Exército Brasileiro tenham a sua moradia. Quanta hipocrisia! E ainda vem aqui falar também de isenção de tributos. Oh, o Município vai abrir mão de tributos para o Exército, que é uma instituição rica, pública, é verdade, mas ela não sobe aqui para falar da isenção de tributos, de impostos através do Perse, de R\$ 173 milhões para a Rede Globo, uma instituição privada, rica. Cento e setenta e três milhões de reais em isenção de tributos via Perse para a família Marinho. Quanto daria para construir de habitação, de moradia para jovens negros de periferia, famílias inteiras e não importando cor, raça, credo? Quantas casas daria para construir com R\$ 173 milhões? Fora a publicidade. Se somar a publicidade do governo federal em apenas dois anos de governo, a Secom já destinou mais do que todos os últimos quatro anos da gestão passada do governo federal e somados os benefícios para a Rede Globo, R\$ 0,5 bilhão! Eles defendem os mais humildes, os mais pobres? É uma tristeza. Se tem algum *lobby* que eu faço, pelo menos, aqui nesta Casa, é o *lobby* das pessoas mais necessitadas da nossa cidade, aqueles que precisam de dignidade, que precisam de serviços públicos de qualidade, não importa se seja público ou privado. Agora, outros *lobbys* escusos, infelizmente alguns aqui nem tem a coragem de olhar na minha cara enquanto estou na tribuna e ficam olhando para baixo porque assim é a vergonha da hipocrisia. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que estarecido ficou, assim como eu; jamais tinha visto esse desfile de

discursos que não têm fundamento. Eu nunca vi essas pessoas virem aqui defender o programa de Habitação de Interesse Social para Porto Alegre! Quatro anos sem um projeto próprio, mais de 70 mil pessoas que não acessaram a moradia, não conseguem voltar a morar nas Ilhas porque o governo municipal nada fez, e aí eles vêm aqui dizer que o projeto de isenção é trazer moradia para quem não tem, mas quem não tem continua lá na beira do Guaíba sem moradia e não tem um projeto assinado pelo DEMHAB. Aliás, onde está o dinheiro do DEMHAB? Subiu aqui o Ver. Cezar Schirmer, uma energia leonina, com uma garra felina dizendo que está a favor da habitação, mas não falou nada de mais de 70 mil famílias morando em situação precária nas encostas dos morros, infelizmente, nas zonas alagadas, na beira dos arroios, esse é o MDB! Esse é o MDB, que com essa fúria canina não fala nada – nada, nada, nada! – sobre a Polícia Civil, que entrou aqui e varreu o gabinete do filho do prefeito, que não é mais vereador; aliás, ele está aqui por causa disso. Agora, eu vejo que a gente deveria estar debatendo, por exemplo, dinheiro que faz falta na Prefeitura, que, neste momento, não tem gás de cozinha na EMEI Paulo Freire, lá na Restinga. Disso ninguém falou. Ninguém falou que hoje não teve merenda na escola Paulo Freire na Restinga, porque nem dinheiro para o gás tinha, mas dinheiro para os escândalos tem, para as isenções de impostos tem. Eu poderia me somar, na boa política, se a gente colocasse um busto do Brizola lá na frente, lá na Av. João Pessoa, pela legalidade. Quem propôs isso? Então, sinceramente, nós não temos nenhuma diferença com o Exército Brasileiro, mas eu nunca vi a Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, chamar o Exército para trabalhar, atuar de fato. O governo federal, sim, leva o Exército para fazer estradas, obras de infraestrutura, e nós, até hoje, estamos com aquela vergonha, que eles chamaram de “caminho da salvação”, está lá, estamos sem o viaduto da rodoviária. A Prefeitura abandonada, que não consegue mandar para nós aqui um projeto para abertura de novas escolas, não consegue garantir o gás nas poucas escolas que temos. Ninguém vem aqui com essa energia, com essa força defender mais escolas para 12 mil crianças que mais um ano em Porto Alegre, 2024, encerra o seu direito à matrícula. O Partido do Trabalhadores está cansado desse discursinho fácil dos governistas que não falam nada, quando milhões de reais, mais de R\$ 140 milhões estão sendo investigados somente na Educação! Que gente foi presa, o secretário lá do MDB, o tesoureiro foi para a cadeia! Não falam desse dinheiro! Mas aí eles vêm aqui dizer: “Vamos isentar aqui, isentar ali...” Mas eles não defenderam mais educação, mais saúde, mais habitação de interesse social. Então, minhas amigas e amigos, meu amigo Idenir Cecchim, conte com o meu apoio para um projeto de habitação de interesse social, conte com o meu voto, mas não para essas pantomimas aí, para assistir Ramiro, Fernanda Barth, Tiago desfilando aqui impropérios e discursos vazios.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero agradecer ao Ver. Hamilton Sossmeier por ter presidido a sessão. O Luiz Afonso, diretor legislativo, está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 25 a 28 de novembro de 2024.

Apregoo declaração firmada pelo vereador Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento dos suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Enfermeira Tatiane Bernardes, Neiva Conceição Dias Chaves, Dani Morethson, Políbio Figueiredo Braga, José Alfredo Pezzi Parode e Lucas Fuhr em exercerem a vereança, em substituição, no período. Informamos que se encontra presente no plenário o suplente Roth da Acessibilidade, que já procedeu entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e indicação do nome parlamentar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Roth da Acessibilidade prestará a seguir.

SUPLENTE ROTH DA ACESSIBILIDADE (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Roth da Acessibilidade. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Roth da Acessibilidade, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Parabéns, vereador. Seja bem-vindo. Assim que encerrarmos a Ordem do Dia, V. Exa. terá o direito de usar a tribuna por cinco minutos.

Em votação o PLCE nº 014/24. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, eu acredito que nem será necessário utilizar todo o tempo, porque duas questões precisam ficar bem claras aqui: a primeira, não se pode usar o argumento de que isso é para ajudar na moradia popular. Não é, Ver.^a Karen! Não é! Moradia popular não tem ajuda alguma. Não é para ajudar na moradia popular. E digo mais: se fosse naquele prédio ali da Rua General Andrade Neves esquina com a Rua General Câmara, onde eram os Lanceiros Negros, que está desde 2017 desocupado, quando eles foram despejados, o Robaina sabe disso, eu estava lá, e eu era deputado, com o deputado Jeferson Fernandes. Há inúmeros exemplos como aquele. Guardem bem: Andrade Neves esquina com General Câmara. Desocupado desde 2017. E antes disso, Julinho Chaise, por 21 anos. Durante três anos ele foi ocupado. E foi despejado do Lanceiros Negros, mas ninguém vai protestar quanto a isso. Eu dou mais inúmeros imóveis aqui do Centro, mas não dá tempo.

Com relação aos recursos, tal dinheiro daria para fazer aquilo? Sim. Aqui, nós arrecadávamos, são dados da Aiamu, R\$ 118 milhões por ano do ISS dos bancos. É uma

lei de 1994, de minha autoria. Nós estávamos preparando, Robaina, este ano, para comemorar os 30 anos da lei, que deu mais de R\$ 4 bilhões para o Município, R\$ 118 milhões, ao ano – são dados da Aiamu, não são dados meus –, mas aí o Bradesco chorou muito, disserto, o Unibanco, sei lá o quê, e o Prefeito Melo mandou um projeto, foi aprovado aqui, acabando com a lei! Acabou a lei! Então, quando falam em falta de recursos, lembrem que o Prefeito Melo quis abrir mão desses recursos! Que ficaram com quem? Com os bancos! Com os banqueiros! Com os grandes beneficiários, rentistas, deste País. E, só para não deixar passar, o governo abriu mão dos tributos, em relação à pista, para a Fraport. Abriu mão! Foi aprovado aqui nesta Casa! Um escândalo! Abriu mão do recurso de tributos municipais. Aí vem falar em má utilização de recursos?! Por favor! O nosso encaminhamento é contra o projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/24, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro. Bem, o que nós estamos votando? São feitos tantos discursos aqui que as pessoas não sabem o que se está votando. Nós estamos votando o fato de o Município de Porto Alegre abrir mão de receita! Mais de R\$ 3 milhões! O vereador e secretário Schirmer diz que é muito pouco dinheiro! Bem, mas o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre não investiu sequer esse valor! Porque o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, administrado pelo André Machado, pelo Prefeito Melo, não construiu nenhuma casa! A única pessoa que ganhou casa, no Município de Porto Alegre, nesse esquema todo, foi a Sônia, a ex-secretária, que ganhou um apartamento do Jajá. Foi a única casa que foi construída aqui, com recurso público, só que desviado! Desviado, nesse caso, da Secretaria de Educação. Desviado, Ver.^a Mari Pimentel, que foi fundamental para descobrir esse esquema de corrupção, que eles não querem debater, porque foi dinheiro roubado das crianças. Agora, eles querem legalizar a entrega de R\$ 3 milhões para o Exército.

Então, é só isso que nós estamos contestando, só isso. A Ver.^a Mônica Leal disse que não recebia pensão. Sim, eu me enganei, Ver.^a Mônica, só quem recebe a pensão são as filhas de militares que falecem e cuja filha não se casa. Como a senhora casou, a senhora não pode receber a pensão. Essa lei, segundo os advogados, estava em vigor até 1992, mas tem outras benesses que os militares recebem e que não tem por que o Município de Porto Alegre abrir mão dessa receita. Só isso! Não tem por que abrir mão dessa receita. E os vereadores que querem abrir mão têm que dizer, têm que falar a verdade aqui para que a população saiba: é abrir mão de R\$ 3 milhões. Com R\$ 3 milhões, se poderia construir um posto de saúde. Então se pode ter outra destinação para esse recurso que não seja simplesmente a ideia de entregar para o Exército, para ele construir moradia para os militares, que eu nem sei se vai construir. Porque, depois que o Exército receber esse terreno, ele pode vendê-lo. E eu suspeito, inclusive, que venderia por um valor maior do que o valor que a Prefeitura está avaliando. É só essa a discussão.

Quero concluir dizendo o seguinte: chamou-me a atenção o discurso do Ver. Cezar Schirmer. Fez um discurso eloquente, mas me chamou a atenção porque o Ver. Schirmer está muito empolgado com Portugal. Nessa empolgação, não tem como comparar Portugal – me chamou a atenção isso –, eu fiquei muito identificado com a parte do discurso do Schirmer em que ele fala contra os bancos, que os bancos dominam o Brasil. Isso é uma coisa com a qual eu concordo, é a primeira vez que... Bem, infelizmente, o MDB, é uma característica do MDB governar a favor dos bancos, mas que o Schirmer esteja criticando os bancos, eu acho ótimo. Mas comparar a economia de Portugal com a economia do Rio Grande do Sul, aí já não dá, né? Tem que comparar a economia de Portugal com a economia do Brasil. Portugal foi um império português. Não tem como comparar com o Rio Grande do Sul. E me chama a atenção essa reivindicação, viu, Schirmer, de Portugal, porque, para explicar o progresso de Portugal, não tem como fazê-lo sem ter como marco a Revolução dos Cravos e também levando em conta que Portugal não foi administrado nem governado por uma extrema direita bolsonarista, negacionista. Não, Portugal foi governado, boa parte do tempo, por partidos socialistas, um partido social-democrata, um partido de centro-esquerda, mas não é de extrema direita. Então, essa comparação com Portugal... Era preciso ter esse marco, mas isso é um detalhe, porque o que nós estamos votando aqui não são análises históricas nem sociológicas na comparação do desenvolvimento econômico e social de Portugal com o Rio Grande do Sul, nós estamos votando aqui uma proposta do governo de doar mais de R\$ 3 milhões para o Exército, impedindo que o Exército recompre uma área que é do Município de Porto Alegre. Nós estamos orientando o voto contrário a essa proposta. Não faz sentido o Exército ter essa benesse. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/24.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, só para esclarecer, após a fala um tanto quanto confusa do meu colega, Ver. Roberto Robaina. É a União que deixa de pagar as taxas, ou seja, essa isenção seria para a União. Em contrapartida, Ver. Robaina e colegas, o Exército fará um trabalho, como tem feito até hoje; sua base, com relação às moradias, será instalada em Porto Alegre. É isso que o senhor não conseguiu entender até agora: a isenção é essa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Ver. Schirmer, o senhor recém chegou aqui e o Ver. Robaina já começou a ter ciúmes do seu discurso. Ele tem um ciúme danado. Eu até acho que é um carinho especial que ele tem pelo senhor, Ver. Schirmer. Deve ser carinho, ele tem uma boa alma. Mas eu entendo quando o Ver. Robaina, e praticamente todo o PSOL e o Ver. Jonas são

contra o Exército Nacional. Os demais membros do PT não falaram nada. São contra o Exército Nacional porque, pelo que disseram aqui contra o Exército... Ou vocês acham que os soldados, o efetivo do Exército, não fazem parte da população? Vocês tratam mal o Exército. Vocês acham que o efetivo do Exército, capitão, tenente, soldado, não são população? Claro que são, com todo o mérito! Vocês não têm o direito de rebaixar o Exército e seus componentes! Vocês não têm esse direito! Eu até acho que o pessoal que saiu do PT acusando, saiu acusando, e depois voltou, agora são amigos de novo, faz parte da política. Faz parte da política, mas nós temos que ver, colocar as coisas nos devidos lugares.

Nós estamos aqui fazendo um gesto para que o Exército construa, para que o Exército tenha mais efetivos perto do Centro. Para que o Exército use muito bem esse terreno que lhe pertence. A Prefeitura apenas está isentando de algumas taxas. Aliás, para quem não sabe, da oposição, que são contra o Exército, a contrapartida do Exército sempre vem nas horas que a população precisa. Ou vocês não sabem que o Exército esteve presente quando deu o primeiro grande vendaval e o Exército ajudou a desobstruir as ruas? Ou vocês não sabem que o Exército esteve, durante todo o tempo da enchente, ajudando a população? E pediu alguma coisa em troca? Não! Não pediu nada em troca. Que contrapartida é essa que vocês querem? Eu quero um Exército Brasileiro do povo brasileiro! Um Exército que cuide das coisas quando se necessita do Exército, um exército preparado. Mas, para estar preparado, o efetivo do Exército tem direito a ter uma moradia digna, e é isso que eles vão fazer nessa área aqui na Cidade Baixa.

Então, com todo o respeito, eu queria pedir para oposição, primeiro, respeitar o Exército Brasileiro; e a contrapartida que estão pedindo o Exército já deu adiantado e não pediu o recibo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu tenho que voltar a esta tribuna porque falei cinco minutos e o Ver. Cecchim não entendeu nada. Nós vamos rematriculá-lo na escola, o vereador está com dificuldade de interpretação. Falamos aqui nada, absolutamente, contra o Exército, e ele vem aqui, de novo, na sua pantomima típica do MDB, tentar inverter a história, porque ele não falou nada do que nós cobramos aqui: política de habitação de interesse social, que está na Constituição. Mas a coisa está esquisita mesmo, porque este Município, este governo, não respeita a Constituição, porque eles não aplicam nem o mínimo constitucional na educação; aplicaram cerca de 9%, então eu não posso esperar que ele defenda habitação de interesse social. Ele veio aqui, cinco minutos, e não falou absolutamente nada das pessoas que moram precariamente, nem ali da Vila Farrapos, onde as casas estão abandonadas até hoje porque a Prefeitura foi lá e entregou um colchãozinho fininho – na boca da eleição! –, uma cesta básica magrinha, criou um programa pré-eleitoral, agora o pessoal está pedindo cesta básica, pedindo, pedindo e não vem. Eu até disse para o

peçoal: olha, eu acho que não vai ir cesta básica da Prefeitura, porque terminou a eleição. Então, terminou o programa, agora é cada um por si. Daqui a quatro anos vai voltar o governo municipal, com talvez mais um programa, com colchãozinho e cesta básica, mas a habitação de interesse social não tem, mesmo tendo orçamento. Aliás, os fundos foram todos maculados por um governo violento, contra a Constituição, porque não respeita nem a Lei Orgânica, que é a Carta Magna municipal, e o Ver. Cecchim vem aqui, usa cinco minutos para brincar de parlamentar. Isso é cansativo. A gente tem que vir restabelecer a verdade; a verdade é: há uma Secretaria de Habitação, um departamento de habitação, um secretário, uma adjunta, CCs, e até agora o povo pobre desta cidade não recebeu moradia. E vem o Cezar Schirmer falar que o Brasil não tem programa de habitação. Ver. Cezar Schirmer, onde estava o senhor quando o Lula fez mais de três milhões de moradias, que me lembrava agora o meu companheiro de partido, Eng^o Comassetto, que trabalha bem esse tema. Lembrou, pediu para eu vir até a tribuna lembrar V. Exa., que vocês estiveram em todos os governos Lula e ajudaram a fazer mais de três milhões de habitação, habitações para o povo brasileiro em todos os rincões. Vocês querem se fingir de diferentes, mas a gente sabe que a história do Brasil é uma história de luta. O povo, através do PT, fez mais de três milhões de moradias, e os ingratos do MDB não vêm aqui falar. Está lá o Renan Filho, entregando moradias, a Simone Tebet entregando moradias, os ministros, o Jader entregando moradias, todos do MDB. E aí ele vem aqui, ajeitado, com seu paletó e tal, chegou agora, depois que suspenderam o filho do prefeito, fala bonito, tenho que confessar, com energia, com força, voracidade, mas faltaram os elementos históricos. Então, o professor Jonas vem aqui, trazer um pouco de história para lembrar que nós não somos contra o Exército, nós não somos. O Exército é um instrumento da democracia; nós somos contra meia dúzia de golpistas que tentaram o golpe, por dentro do Exército, e agora estão indiciados, sendo investigados – Polícia Federal, Supremo neles. Essa banda podre, que é uma minoria do Exército, essa, a gente quer ver na cadeia, atrás das grades, na jaula; agora, os trabalhadores do Exército Brasileiro são servidores públicos, esses, sim, estamos com eles, mas não é por estar com eles que a gente vai deixar o povo pobre da cidade sem acesso à habitação. Não invertam a discussão aqui; nós queremos política pública para os mais pobres, é para isso que existe a Prefeitura. E as instituições, que vão fazer as suas políticas com outro dinheiro, não o dinheiro que falta para educação, falta para saúde, falta para o saneamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sra. Vereadores, o *post* do Ver. Jonas Reis com *tweets* falsos contra o prefeito Melo ou sobre o prefeito Melo é excluído após determinação da justiça. O juiz considera gravíssimas as alegações, conteúdo produzido artificialmente pelo líder do PT. Esse é o PT! Esse é o retrato do líder do PT nesta Casa, cita números absurdos, que ele tira sabe se lá de onde, fala em pantomima que seria o teatro grego de massa. Ele faz um teatro. Eu queria levá-

lo ali em Guaíba, em Eldorado do Sul, onde o pessoal hoje ergueu uma plaquinha: “Paulo Pimenta, onde é que está minha moradia?”. E vem aqui falar sobre moradia. É uma vergonha, é uma vergonha o PT, é uma vergonha o líder do PT, que, inclusive, desonra os decanos do PT nesta Casa. Uma vergonha a extrema esquerda. Trata-se de um terreno que vai ser permutado. E vem aqui falar de golpe militar? Gente do céu! Por isso, eu fiz questão de subir aqui, para, primeiro, dizer que o vereador que me antecedeu foi condenado pela justiça por *fake news* contra um prefeito legitimamente eleito pelo povo. E isso trata-se de uma permuta, não se trata de golpe, de ditadura, de nada mais. Por isso, o Novo encaminha “sim”, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 014/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É só para registrar uma posição minha; eu vou debater com o meu partido, mas por enquanto é só minha: eu acho nós temos que rever a nossa questão da oposição, porque essa é uma questão de princípios. Essa era uma questão de princípios, não poderia ter havido voto da oposição nesse projeto. Ou, ou sair...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Aqui não tem puxadinho, puxadinho é quem puxa o saco do Melo. Eu quero só registrar isso. É uma questão de princípios, não poderia ter ocorrido o que aconteceu. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Pedro Ruas. Isso é uma questão partidária, os partidos de oposição têm que se ajustar.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, Declaração de Voto dos vereadores Engº Comassetto, Aldacir Oliboni e Adeli Sell (Lê): “O Presidente Lula editou decreto em fevereiro de 2024 para a democratização dos prédios públicos federais e priorizando habitação. Temos acordo em registrar as atrocidades da ditadura militar que ocorreu nesse local e buscar também que o prefeito Melo destine os prédios públicos municipais para habitação de interesse social”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, Ver. Engº Comassetto.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só vamos fazer os apregoamentos antes.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): E depois do título...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, ao PLE nº 007/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 007/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, ao PLL nº 194/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 194/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, à Emenda nº 01 ao PLL nº 440/22.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 440/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Pablo Melo e da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, ao PLCL nº 019/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 019/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 068/24.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0177/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/24, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Antônio Escosteguy Castro. (SEI 154.00035/2024-61)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Jonas Reis: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 18-11-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 085/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLE nº 009/24 seja o segundo a ser apreciado na próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelos vereadores Cláudia Araújo e Pedro Ruas. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Sete vereadores

presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h58min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *